



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES
LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO – CIÊNCIAS AGRÁRIAS**

DAIANE NEPEL MARINS

**AS IMPLICAÇÕES DO PROCESSO DE AUTO-ORGANIZAÇÃO DOS
ESTUDANTES NO ENGAJAMENTO E TOMADA DE CONSCIÊNCIA: UMA
ANÁLISE A PARTIR DO RELATO DE EGRESSOS DA ESCOLA FAMÍLIA
AGRÍCOLA DE BOA ESPERANÇA – ES**

**AMARGOSA - BA
2018**

DAIANE NEPEL MARINS

**AS IMPLICAÇÕES DO PROCESSO DE AUTO-ORGANIZAÇÃO DOS
ESTUDANTES NO ENGAJAMENTO E TOMADA DE CONSCIÊNCIA: UMA
ANÁLISE A PARTIR DO RELATO DE EGRESSOS DA ESCOLA FAMÍLIA
AGRÍCOLA DE BOA ESPERANÇA – ES**

Monografia apresentada ao Colegiado da Licenciatura em Educação do Campo – Ciências Agrárias da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia no Centro de Formação de Professores, como requisito para obtenção do grau de Licenciado em Educação do Campo – Ciências Agrárias.

Orientador: Prof. Carlos Adriano da Silva Oliveira

**AMARGOSA - BA
2018**

DAIANE NEPEL MARINS

AS IMPLICAÇÕES DO PROCESSO DE AUTO-ORGANIZAÇÃO DOS ESTUDANTES NO ENGAJAMENTO E TOMADA DE CONSCIÊNCIA: UMA ANÁLISE A PARTIR DO RELATO DE EGRESSOS DA ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA DE BOA ESPERANÇA – ES

Monografia apresentada ao Colegiado da Licenciatura em Educação do Campo – Ciências Agrárias da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia no Centro de Formação de Professores, como requisito para obtenção do grau de Licenciado em Educação do Campo – Ciências Agrárias.

Orientador: Prof. Carlos Adriano da Silva Oliveira

Amargosa – BA, 28 de março de 2018.

BANCA EXAMINADORA



Prof^o Me. Roberto Telau (RACEFFAES)



Prof^o Dr. Fábio Josué Souza dos Santos (CFP/UFRB)



Prof^a Me. Terciana Vidal Moura (CFP/UFRB)

A todos os estudantes da EFABE, e a todos os CEFFA's do Norte do Estado
do Espírito Santo.

.

Aos companheiros que diariamente militam pela construção de um mundo
melhor: muito obrigada!

Obrigada por me mostrarem que existem causas mais importantes do que
seguir a lógica rotineira do capitalismo. Me ensinarem que há lutas maiores e
menores, e que as vitórias são proporcionais ao tamanho delas. Por acender em
mim essa mística de luta, perseverança, companheirismo, compromisso e
solidariedade. Por terem contribuído na minha formação enquanto pessoa e
militante.

Agradeço a meus estudantes que me lembram todos os dias da necessidade
de uma educação transformadora, crítica e responsável.

Aos meus pais, Aleir e Maria de Lourdes que me ensinaram as primeiras
palavras e me motivaram a cada dia para o estudo.

Aos meus irmãos que sempre me apoiaram psicológica e materialmente para
que eu continuasse meus estudos.

MARINS, Daiane Nepel. **As implicações do processo de auto-organização dos estudantes no engajamento e tomada de consciência: uma análise a partir do relato de egressos da escola família agrícola de boa esperança –ES**. Trabalho de Conclusão de Curso em Licenciatura em Educação do Campo – Ciências Agrárias, Amargosa, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB, 2018.

RESUMO

Nesta pesquisa procurou-se analisar as implicações do processo de auto-organização dos estudantes na tomada de consciência e no engajamento social dos estudantes pós-conclusão do curso, percebendo ainda princípios promovidos através da prática auto organizativa. Parte-se da análise dos relatos de egressos e de documentos da Escola Família Agrícola de Ensino Médio e Educação Profissional de Boa Esperança/ES, numa abordagem qualitativa, onde entrevistou-se cinco (5) estudantes egressos da escola num recorte temporal de 2013 à 2016. Foi considerado este recorte por ocasião da dificuldade de encontro com estudantes de anos anteriores a este período, pois a escola nesta época atendia a uma abrangência maior de regiões e até mesmo de outros estados, e mesmo os que eram da região na época, hoje estão inseridos em espaços distantes. Dentre os principais autores utilizados para fundamentação do trabalho estão Caldart (2008, 2012, 2013), Molina (2008), Menezes Neto (2011), Oliveira (2012), Silva et. al. (2013), Fetzner (2010) e Pistrak (2001), dentre outros. A auto-organização dos estudantes se mostra um elemento muito relevante, oferecendo características marcantes que dão visibilidade, movimento e dinâmica ao processo formativo, uma vez que a pesquisa demonstra que ela quem dá o diferencial na formação, atribuindo valores e aprendizados aos estudantes que em processos de formação convencionais não são oportunizados.

Palavras Chave: Auto-organização. Protagonismo dos sujeitos. Engajamento socioprofissional.

MARINS, Daiane Nepel. **Las implicaciones del proceso de autoorganización de los estudiantes en el compromiso y toma de conciencia: Un análisis a partir del relato de egresados de la escuela familiar agrícola de buena esperanza.** El Trabajo de Conclusión de Curso en Licenciatura en Educación del Campo - Ciencias Agrarias, Amargosa, Universidad Federal del Recôncavo de Bahía - UFRB, 2018.

RESUMEN

En esta investigación se buscó analizar las implicaciones del proceso de auto-organización de los estudiantes en la toma de conciencia y en el compromiso social de los estudiantes post-conclusión del curso, percibiendo aún principios promovidos a través de la práctica auto organizativa. Se parte del análisis de los relatos de egresados y de documentos de la Escuela Familia Agrícola de Enseñanza Media y Educación Profesional de Buena Esperanza / ES, en un abordaje cualitativo, donde entrevistó a cinco (5) estudiantes egresados de la escuela en un recorte temporal de 2013 a 2016. Fue considerado este recorte con ocasión de la dificultad de encuentro con estudiantes de años anteriores a este período, pues la escuela en esta época atendía a una amplitud mayor de regiones e incluso de otros estados, e incluso los que eran de la región en la época, Hoy en día están insertados en espacios distantes. Entre los principales autores utilizados para la fundamentación del trabajo se encuentran Caldart (2008, 2012, 2013), Molina (2008), Menezes Neto (2011), Oliveira (2012), Silva et. al. (2013), Fetzner (2010) e Pistrak (2001), entre otros. La auto-organización de los estudiantes se muestra un elemento muy relevante, ofreciendo características marcadas que dan visibilidad, movimiento y dinámica al proceso formativo, una vez que la investigación demuestra que ella quien da el diferencial en la formación, asignando valores y aprendizajes a los estudiantes que en los procesos de formación convencionales no son oportunistas.

Palabras clave: Auto-organización. Protagonismo de los sujetos. Compromiso socioprofesional.

LISTA DE SIGLAS

AECEFFABE	Associação de Estudantes do Centro Familiar de Formação em Alternância de Boa Esperança
BE	Boa Esperança
CEBs	Comunidades Eclesiais de Base
CEFFA	Centro Familiar de Formação em Alternância
CFR	Casa Familiar Rural
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CNE	Conselho Nacional de Educação
COMECES	Comitê de Educação do Campo do Espírito Santo
EA	Escolas de Assentamento
ECOR	Escola Comunitária Rural
EFA	Escola Família Agrícola
EFABE	Escola Família Agrícola de Ensino Médio e Educação Profissional de Boa Esperança
EJA	Educação de Jovens e Adultos
EMEF	Escola Municipal de Ensino Fundamental
ENERA	Encontro Nacional do Educadores e Educadoras na Reforma Agrária
IFES	Instituto Federal do Espírito Santo
INCAPER	Instituto Capixaba de Pesquisa e Extensão Rural
MEPES	Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
PNE	Plano Nacional de Educação
PROCAMPO	Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo
PRONERA	Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
RACEFFAES	Regional das Associações dos Centros Familiares de Formação em Alternância do Espírito Santo

UFES	Universidade federal do Espírito Santo
UnB	Universidade de Brasília
UNESCO	Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para Infância e Adolescência

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1 A METODOLOGIA DETERMINA A QUALIDADE DA PESQUISA	18
1.1 UMA ABORDAGEM QUALITATIVA DA AUTO-ORGANIZAÇÃO DOS ESTUDANTES.....	22
2 EDUCAÇÃO DO CAMPO, PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA E AUTO-ORGANIZAÇÃO ESTUDANTIL	28
2.1 EDUCAÇÃO DO CAMPO X EDUCAÇÃO RURAL	32
2.2 A CONSTITUCIONALIDADE DA EDUCAÇÃO DO CAMPO: MARCOS LEGAIS	35
2.3 EDUCAÇÃO DO CAMPO E PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA: DUAS ESTRATÉGIAS DE LUTA POLÍTICA E PEDAGÓGICA UNIDAS PELA HISTÓRIA.....	38
3 A AUTO-ORGANIZAÇÃO DOS ESTUDANTES NA ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA DE BOA ESPERANÇA: DISCUSSÕES A PARTIR DO RELATO DE EGRESSOS E ANÁLISE DOCUMENTAL	44
3.1 ESTRUTURA E FORMA ORGANIZATIVA DA AUTO-ORGANIZAÇÃO DOS ESTUDANTES NA EFABE.....	46
3.2 DESTAQUES DA PESQUISA: OS EIXOS MAIS RELEVANTES APRESENTADOS NOS DOCUMENTOS E FALAS DOS EGRESSOS.....	53
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	68
5 REFERÊNCIAS	70
6 APÊNDICES	75
7 ANEXOS	77

INTRODUÇÃO

Historicamente os trabalhadores organizados em movimentos e organizações sociais, assumiram *empreitadas* na perspectiva de promover a sua emancipação, e construir um novo projeto de sociedade que contraponha ao modelo capitalista que se estabelece no campo e na cidade. Sobretudo no campo, a luta pela transformação desse sistema começou pela reivindicação das necessidades de subsistência. Acesso à terra e aos meios de produção, saúde, educação entre outras, são algumas das lutas assumidas pelos movimentos na perspectiva do empoderamento dos camponeses.

A Educação do Campo nascendo como uma bandeira de luta dos movimentos sociais do campo, e se expandindo como um próprio movimento “do” e em “prol” dos sujeitos do campo torna-se uma “bandeira de luta em movimento”. Segundo Caldart, a Educação do Campo se constitui como uma própria pedagogia do oprimido, pois revela a luta dos trabalhadores do campo pelo acesso à educação, e não qualquer, mas uma educação dos camponeses. É uma combinação entre a luta pela educação e a luta pela terra, e aborda a luta contra hegemônica¹, para isso exige teoria e rigor na análise da realidade concreta (CALDART, 2012).

De acordo com Oliveira e Campos (2012),

Foi exatamente isso que produziu a diferenciação da Educação do Campo da histórica educação rural: o protagonismo dos movimentos sociais do campo na negociação de políticas educacionais, postulando nova concepção de educação que incluísse suas cosmologias, lutas, territorialidades, concepções de natureza e família, arte, práticas de produção, bem como a organização social, o trabalho, dentre outros aspectos locais e regionais que compreendem as especificidades de um mundo rural. (OLIVEIRA e CAMPOS, 2012, p.240)

A educação rural em seus moldes não dava conta de perceber as ações e articulações a fazer no chão da escola, para que garantisse as mudanças

¹ Parte-se do entendimento de contra hegemonia enquanto movimento de construção de novos valores, modos de vida e ideologias, opostas ao estabelecido atualmente na sociedade neoliberal. Uma luta em prol da construção de um novo projeto de sociedade.

necessárias no projeto de campo e de sociedade brasileiro, em vista da autoafirmação dos sujeitos históricos camponeses e da construção de um novo modelo produtivo e de vivência dos povos do campo. A Educação do Campo se apresenta enquanto luta que perpassa todas as outras pautas dos movimentos em prol da reforma agrária, pois a formação e conscientização do povo se apresenta como fator determinante deste processo. Ela precisa ser engajada nos processos de resistência, reivindicações, vivência, processos produtivos e de construção das identidades destes sujeitos. Ela precisa dar condições para se refletir os contextos e modifica-los de forma a garantir a promoção dos espaços e das pessoas que nele vivem.

Garantir a Educação do Campo dentro destas perspectivas é uma tarefa árdua e que precisa ser assumida pelos diversos setores e organismos que participam da educação. Assim como ressalta Menezes Neto (2011), vivemos em um momento em que projetos políticos antagônicos lutam pela sua hegemonia e, neste processo, a educação também se ingressa. Deste modo, não permitir que a Educação do Campo sirva de reprodução à ideologia hegemônica significa construir novas bases para a formação, fincadas em princípios contra hegemônicos e que proponham novas discussões a partir de projetos de campo e sociedade de forma integral, democrática, coletiva e solidária. O autor afirma que:

“A Educação, sendo parte da totalidade social, é um direito de formação do ser humano na sua totalidade social e, assim sendo, não pode ser separada do restante da vida social e nem fragmentada em seu conteúdo”. (MENEZES NETO, 2011, p. 31-37).

A partir desta perspectiva várias experiências no campo da educação foram sendo desenvolvidas por diferentes organismos da sociedade. Podemos entre estas citar as experiências de Educação do Campo desenvolvidas nas EA – Escolas de Assentamento e Escolas Itinerantes, Escolas Multisseriadas, CEFFA – Centros Familiares de Formação em Alternância, entre outras. Estas experiências que tem por princípios garantir as especificidades dos sujeitos e de suas localidades, aplicadas na prática pedagógica.

Algo ainda pouco discutido quando se trata de práticas pedagógicas, diz respeito a organização dos estudantes e a participação destes na construção do

processo formativo. A maior parte dos espaços de formação, sejam eles formais ou não formais, não conseguem conduzir um processo organizativo de modo que os estudantes participem democraticamente das decisões e que estas contribuam para o processo de ensino-aprendizagem. O que se encontram na maioria das vezes são normas e instruções baseadas em valores tradicionais, conservadores e/ou neoliberais, que não contribuem na formação do sujeito novo, necessário à construção do projeto contra hegemônico de sociedade. Na maioria das vezes os estudantes não participam da organização da escola, e apenas são submetidos a uma série de regras e normas que tem por princípio manter a disciplina e controle dos mesmo no ambiente escolar.

Partindo da perspectiva de que a educação deve se ocupar de conscientizar e formar sujeitos críticos e capazes de contribuir na construção de uma nova sociedade, de um novo campo, não é possível que nos acomodem a desenvolver na escola do campo o sistema de submissão ao qual citamos anteriormente. É necessário que estabeleçamos um sistema onde os sujeitos tenham a possibilidade de se auto-organizar, tendo como princípio, o cultivo de valores necessários à construção de uma sociedade justa e solidária, e construindo uma educação crítica e emancipadora.

A organização de um processo educativo crítico e emancipatório deve permitir a intensa participação dos estudantes manifestando suas atitudes e desejos coletivos. Segundo Pistrak (2001), tal processo precisa superar a dimensão educativa convencional pois, a escola burguesa se baseia em princípios de autoridade e absolutismo, tendo por métodos a adoção de leis e normas para a manutenção da ordem escolar, e que estes princípios são dados pelo caráter do sistema capitalista. Esta escola forma sujeitos prioritariamente para desenvolver o sentimento da necessidade de obedecer a leis (manutenção do sistema), e executar seu papel de cidadão atribuindo em determinado momento, seu voto a um candidato com funções administrativas ou legislativas.

A auto-organização dos estudantes tem se mostrado um elemento da prática pedagógica desenvolvida em muito espaços formativos de Educação do Campo, sejam eles formais ou não formais, principalmente em sistemas protagonizados pelos movimentos e organizações sociais populares que vislumbram uma forma de

educação comprometida com a formação de sujeitos capazes de se inserir em seus contextos de forma ativa nas transformações necessárias para nossa sociedade. Os CEFFA, com destaque as experiências do estado do Espírito Santo, vêm adotando historicamente a auto-organização como uma estratégia pedagógica formativa, na perspectiva de potencializar um processo de formação humana mais amplo em vista da emancipação dos sujeitos envolvidos, do desenvolvimento do protagonismo e engajamento social dos jovens no meio socioprofissional com condições de intervir em suas realidades melhorando-as.

A auto-organização dos estudantes da Educação do Campo é uma metodologia ativa, principalmente nos espaços de maiores relações com movimentos e organizações sociais, na perspectiva de potencializar o processo de ensino aprendizagem, bem como cultivar a pertença a coletivos organizados, deles fazendo parte ativa, construindo relações de solidariedade, companheirismo, responsabilidade, e capacidade de ultrapassar situações de desafios do cotidiano através da análise crítica da realidade. Os CEFFA são instituições que promovem a auto-organização dos estudantes em seu processo formativo.

Segundo Begnami (2006),

O CEFFA é uma associação de caráter comunitário, constituída de famílias, profissionais e entidades que buscam resolver os problemas de promoção e desenvolvimento do campo, articulando educação e formação com base em valores de participação, da cidadania, da sustentabilidade e solidariedade (BEGNAMI, 2006, p. 25).

A adoção de um sistema organizativo para o processo escolar que promova a emancipação dos sujeitos participantes, tem sua origem histórica nas experiências construídas pelas revoluções socialistas principalmente a Revolução Russa, revelando a subjetividade dos sujeitos sociais e coletivos em formação. Atualmente, existem experiências análogas, fundamentadas a partir de práticas organizativas onde o estudante é o sujeito do processo, e a partir de seu protagonismo, autonomia e auto-organização, administram os elementos constitutivos da formação do conhecimento.

Assim, diversas inquietações surgem, sinalizando como questão de pesquisa: Quais as implicações do processo de auto-organização de estudantes vivenciado na

Escola Família Agrícola de Boa Esperança na tomada de consciência e engajamento socioprofissional dos egressos?

Considerando a conjuntura destacada anteriormente, a pesquisa tem como objetivo geral analisar as implicações do processo de auto-organização de estudantes, a partir da visão dos egressos da Escola Família Agrícola de Boa Esperança, no que se refere à tomada de consciência e o engajamento socioprofissional desses sujeitos. Como objetivos específicos procurou-se perceber como se desenvolve o processo de auto-organização na dinâmica da Pedagogia da Alternância na escola; Analisar documentos da escola no intuito de compreender os princípios, dinâmica e finalidades que sustentam o processo de auto-organização dos estudantes; e Identificar como as práticas e processos de auto-organização fortalecem valores e elementos que possibilitam uma prática político-pedagógica emancipatória na Educação do Campo.

Na perspectiva de atingir os objetivos e chegar a uma resposta para a questão de pesquisa, é importante que consideremos um caminho propício para o desenvolvimento da pesquisa, o que chamamos de metodologia. Como retrata Gerhardt e Silveira apud Fonseca (2002), “[...] metodologia é o estudo da organização, dos caminhos a serem percorridos, para se realizar uma pesquisa ou um estudo, ou para se fazer ciência”. É coerente afirmar então, que a metodologia adotada para o desenvolvimento de uma pesquisa possui grande influência nos resultados, bem como o campo que se deseja pesquisar às vezes já exige uma metodologia específica para que o estudo seja melhor aproveitado.

Para o decorrer desta pesquisa, julgou-se mais coerente a adoção de uma metodologia de pesquisa de abordagem qualitativa, pois procura explicar o fenômeno, suas implicações e os significados elaborados por quem fez/faz do mesmo. “A abordagem qualitativa ou idiográfica parte da premissa de que a ação humana tem sempre um significado [...]”. (FRASER e GONDIM, 2004, p.03)

O procedimento adotado na pesquisa foi o desenvolvimento de entrevistas semiestruturadas com cinco (5) estudantes egressos da escola no recorte temporal

dos anos de 2013 à 2016², e análise dos documentos que referenciam o processo de auto-organização dos estudantes na escola.

Para coleta dos dados de utilizamos dos seguintes instrumentos:

- Análise documental, no sentido de compreender a dinâmica, princípios e fundamentos e a orientação política e filosófica do sistema de auto-organização;
- Entrevista semiestruturada, enfatizando questões sobre a passagem destes estudantes pelo processo de auto-organização, as impressões que foram aderindo no decorrer do curso, e as contribuições deste no pós-conclusão do curso na escola.

A medida que as informações foram sendo coletadas estas foram sistematizadas, tendo algumas concepções teóricas a dialogar com estas. Para isto, foram selecionados os seguintes autores e suas defesas: Caldart (2008, 2012, 2013), Duarte (2008), Fernandes (2006), Ferreira (2012), Kolling et. al. (1999), Marins (2014), Molina (2008), Neto (2011), Oliveira (2012), Silva et. al. (2013) e Verdério (2011) discutindo sobre Educação do Campo e Pedagogia da Alternância, histórico, constitucionalidade e atualidade; e Bahniuk (2008), Boleiz (2008), Caldart (2013), Fetzner (2010), Freire (1987), Frigotto (2012), Knopf (2015), Pistrak (2001), Ribeiro (2013), Vieira Filho (201?) e Tilton (20--) para expor e discutir sobre auto-organização, formação humana, emancipação e engajamento social.

A estrutura do trabalho está organizada em três capítulos assim nomeados: O primeiro capítulo: *A metodologia determina a qualidade da pesquisa*, que expõe os caminhos tomados para desenvolvimento da pesquisa; O segundo capítulo: *Educação do Campo, Pedagogia da Alternância e Auto-organização estudantil*, trata da história, expansão, constitucionalidade da Educação do Campo e da Pedagogia da Alternância enquanto movimento político e pedagógico dentro da Educação do Campo; e o terceiro capítulo: *A auto-organização dos estudantes na Escola Família Agrícola de Boa Esperança: discussões a partir do relato de egressos e análise documental*, que expõe os dados coletados e as análises e considerações sobre o

² Até os anos anteriores a este período, a escola atendia estudantes de uma abrangência regional bem maior, atingindo além de outros municípios, outros estados. Desta forma, encontrar com estudantes de um período anterior a este recorte temporal não foi possível.

processo de auto-organização e suas implicações, destacando as questões da pesquisa. A última sessão no trabalho trata exclusivamente de expor as conclusões e considerações acerca da pesquisa, e perspectivas com relação a área de pesquisa.

1 A METODOLOGIA DETERMINA A QUALIDADE DA PESQUISA

O ato de conhecer é intrínseco ao ser humano. Conhecemos coisas todos os dias. O conhecimento pode ser produzido de forma empírica, apenas através da observação dos fenômenos, sem muita reflexão sobre os fatos, este denominado senso comum, está muito presente no cotidiano e tem sua relevância. Questionando e refletindo o senso comum temos o conhecimento científico, que nasce ao determinar um objeto específico de investigação e ao criar um método pelo qual se fará o controle desse conhecimento, sendo sistemático, preciso e objetivo. (MELO; PEDUZZI, 2007, p. 06 - 12)

Assim, podemos assegurar que o conhecimento científico é aquele produzido a partir da reflexão crítica dos fenômenos, utilizando de um método rigoroso e específico, que acarretará numa maior exatidão nos resultados. Um método, segundo Aurélio (2010) é um “procedimento organizado que conduz a certo resultado. Processo ou técnica de ensino. Modo de agir, de proceder. Regularidade e coerência na ação”. A escolha do método adequado a ser adotado para a produção ou busca de conhecimento é de extrema importância no sentido que organiza os direcionamentos mais cabíveis a se tomar de acordo com a especificidade de cada área de conhecimento, e evita desvios desnecessários durante o trabalho.

De acordo com Silva et. al. (2009, p. 02) a escolha do método de pesquisa,

[...] deve estar diretamente relacionada à natureza e aos objetivos da pesquisa, assim como também as condições estruturas que dispõe o pesquisador para responder às suas questões de investigação e apreender seu objetivo de estudo.

Adotar um método é planejar a pesquisa, e planejar a pesquisa é visualizar o horizonte que se almeja e prever o melhor caminho para chegar a ele. É importante ressaltar que a adoção de um método quer dizer que se pretende prever os caminhos e ações a tomar durante a trajetória, considerando quais destes são mais viáveis para atingir os objetivos propostos, qual metodologia mais adequada ao tipo de pesquisa ou temática abordada. Mas isto não significa que no trajeto não

possamos adotar novas ações ou delinear melhor nossos caminhos, pois é sabido que inúmeras podem ser as situações encontradas no chão da pesquisa, e que estas podem exigir novos direcionamentos. Todo planejamento precisa ter uma certa dose de flexibilidade, pois a dureza dos planos por vezes fazem com que não alcancemos os resultados esperados ou alcancemos resultados incompletos, defasados.

Toda pesquisa, assim como as ações, possuem uma finalidade. Desta forma a pesquisa em Educação do Campo precisa ser desenvolvida de forma a considerar as pretensões da mesma. “[...] As pesquisas em Educação do Campo são processos de construção de conhecimentos (territórios imateriais) que procuram contribuir com os territórios materiais – campo como espaço de vida”. (FERNANDES, 2006, p. 37) Desta forma, é preciso considerar que:

A Educação do Campo carrega em si o significado territorial. Por esta razão, a pesquisa em Educação do Campo exige dos pesquisadores um conhecimento profundo dos paradigmas, uma atenção desdobrada na construção dos métodos de análise e nas escolhas dos procedimentos metodológicos. (FERNANDES, 2006, p.38)

Esta pesquisa se propõe a estudar o fenômeno da auto-organização de estudantes e suas contribuições na tomada de consciência, no engajamento e emancipação dos sujeitos. Acreditando que as contribuições deste processo são manifestadas mais no campo subjetivo e das significações (valores, princípios e tomada de consciência), utilizamos nesta ocasião uma pesquisa de abordagem qualitativa, partindo da concepção apontada por Alves (1991), de que estas se caracterizam por proporcionar uma maior proximidade entre objeto pesquisado e pesquisador, e por ter uma visão mais holística e participativa do fenômeno.

A pesquisa qualitativa ainda procura valorizar diversos contextos como parâmetros de análise, como o familiar, o econômico, o cultural, o social, o político, todos aqueles que ajudam a entender o caso, como indica Stake (1995), considerando estes imprescindíveis para entendimento das contribuições efetivas do objeto pesquisado na constituição dos sujeitos.

A realização da pesquisa estudando a auto-organização dos estudantes e enfatizando os diversos aspectos que atribuem influência na formação destes

sujeitos, foi importante ainda para identificar as ações ou direcionamentos que o processo pode tomar que contribuam para o engajamento e tomada de consciência, e vezes em que o desenvolvimento do processo organizativo encontra desafios para o alcance destes objetivos.

Desta forma, desenvolveu-se um estudo sobre a auto-organização dos estudantes na Escola Família Agrícola de Boa Esperança – ES, na perspectiva de revelar suas contribuições para tomada de consciência e engajamento socioprofissional dos sujeitos, enxergando ainda, através da pesquisa com egressos da escola, como tem sido manifestado este engajamento. A escolha do local da pesquisa foi feita por uma opção pessoal, visto a necessidade de refletir sobre um processo que se desenvolve no espaço onde trabalho, percebendo suas reais contribuições para os estudantes, e a influência que o processo vivenciado exerceu nas tomadas de decisões e engajamentos que fizeram ao concluir o curso. Sou monitora nesta unidade há quatro anos, durante um período exerci a função de assessoria a Associação de estudantes da escola, e acredito que esta experiência merece uma análise mais sistematizada no sentido de perceber suas potencialidades e desafios. Para além dessa minha inserção no espaço, destaco o interesse pelo estudo em auto-organização por ter me inserido, através da escola onde estudei, em um processo de auto-organização de estudantes, e por acreditar que este processo vivenciado influenciou diretamente na minha identidade, conduta e posicionamento político que tenho hoje.

Além dos motivos da escolha do campo de pesquisa apresentados anteriormente, pode-se considerar o elemento da caracterização do município e região onde a escola está inserida, que apresenta características econômicas, produtivas e políticas que oprimem categorias, sendo campo fértil para desenvolvimento de processos organizativos, inclusive na escola. Percebe-se de forma imediata que os estudantes trazem para escola sua bagagem organizativa dos movimentos e organizações sociais aos quais participa, e ao mesmo tempo alimenta sua consciência organizativa nos processos desenvolvidos na escola e retornam isso cada contexto. Mas se faz necessário sair do imediato e perceber mais profundamente quais implicações o processo de auto-organização que os estudantes vivenciam na escola tem sobre a vida dos educandos.

Para melhor compreender o contexto de onde os estudantes vêm, trazemos algumas informações relevantes sobre a caracterização socioeconômica do município e região onde se localiza a escola. O município de Boa Esperança, para efeito de registros gráficos, está localizado no território Noroeste do estado do Espírito Santo, todavia, sua caracterização ambiental, cultural e socioeconômica o aproxima do território Extremo Norte, sendo inclusive considerado pelas pessoas como tal. O Extremo Norte Capixaba é uma região do estado marcado historicamente por muitos conflitos de terra, caracterizados pela chegada de fazendeiros e agroempresas na região, e pelo Contestado³ ocorrido pela disputa de terras localizadas no Extremo sul da Bahia, Extremo Norte do Espírito Santo e Nordeste de Minas Gerais. Tendo solos de média fertilidade, planos em sua maioria, e vales propícios a construção de grandes barragens, se mostrou terreno fértil para a expansão do agronegócio, envolvendo as paisagens com eucalipto, cana de açúcar, pastagens e seringa. Neste contexto alguns pequenos e médios agricultores resistem praticando agricultura de subsistência e de comercialização de excedentes, e outros ainda aderindo novas tecnologias e tentando competir com os “grandes”⁴. (Encontro de Formação das Famílias da EFABE – Análise de conjuntura, 2017)

Sendo um cenário de tantas contradições, se fez necessário em meio a essa trajetória, que se constituíssem movimentos sociais de luta e resistência a este projeto do agronegócio. Muitos foram os que tombaram nesta luta, muitos conquistaram espaços para sua soberania, e muitos ainda aguardam em movimento a reforma agrária. Nos movimentos de luta e resistência, uma das bandeiras preciosas levantadas foi a da Educação do Campo, hoje representada e desenvolvida nas Escolas de Assentamento, Escolas Família Agrícola, Escolas Itinerantes, Escolas Comunitárias Rurais e Escolas de Formação dos Movimentos. (Encontro de Formação das Famílias da EFABE – Análise de conjuntura, 2017)

As Escolas Família Agrícolas, fundadas no Brasil e Espírito Santo em 1968, tem como objetivo garantir a formação de adolescentes, jovens e famílias garantindo

³ Conflito fronteiro registrado no Noroeste capixaba entre as décadas de 1940 e 1960, envolvendo os Estados do Espírito Santo, Minas Gerais e Bahia (Gazeta Online, 20/05/2011)

⁴ Aqui me refiro as grandes fazendas e agroempresas que utilizam inovações tecnológicas e insumos variados para a produção, sem que se tenha uma preocupação ambiental e social referente aos impactos causados.

o protagonismo dos sujeitos, sendo uma educação própria e apropriada. No movimento de expansão destas pelo nosso estado, aderiu a características e a perspectivas pedagógicas associadas as características culturais, ambientais e socioeconômicas de cada região. Isso fez com que as escolas do sul do estado permanecessem com aproximação original da Igreja Católica e seus preceitos, e que as escolas do Norte se aproximassem dos movimento sociais do campo e das lutas empreendidas por estes. Por consequência das aproximações, as escolas do Norte do Estado desenvolveram sistema de organização, formação política e pedagógica, e exercício da militância na função de educador, pois mais que um projeto de educação, as Escolas Família Agrícola são hoje uma Bandeira de luta e resistência. Desta forma é possível perceber que a organização é intrínseca nos processos desenvolvidos pela escola, e que a Auto-organização dos estudante se torna uma ferramenta e uma possibilidade de potencializar esse cenário de lutas, levando os estudantes a construírem sua identidade, seu protagonismo, e a enxergar as contradições existentes no contexto e se responsabilizar em promover ações em vista da melhoria deste. (Documentos internos da EFABE)

1.1 UMA ABORDAGEM QUALITATIVA DA AUTO-ORGANIZAÇÃO DOS ESTUDANTES

Dentre as técnicas e instrumentos que podem ser utilizados em uma pesquisa, destacamos a observação participante, a entrevista, a análise documental e a pesquisa etnográfica, entre as quais, a entrevista e a análise documental se mostram mais pertinentes para a pesquisa em questão. (DEUS et.al., s.d., p.07).

O desenvolvimento da pesquisa compreende três momentos específicos: a fase exploratória (onde o pesquisador entra em contato com o campo de pesquisa, desenvolve o contato inicial com o caso, localiza os sujeitos e define os procedimentos e instrumentos de coletas de dados); a fase da coleta de dados; e a fase da análise dos dados.

Os procedimentos revelam as ações desenvolvidas no decorrer da abordagem da pesquisa, e a forma como estas ações foram desenvolvidas para

potencializar o seu desenvolvimento. Para isto, os principais procedimentos adotados foram a análise documental e entrevistas semiestruturadas, acreditando que estas puderam dar condições para compreender a dinâmica de funcionamento do processo de auto-organização dos estudantes na escola, e quais implicações este teve nas decisões e caminhos seguidos pelos estudantes pós conclusão de curso.

O primeiro procedimento da pesquisa foi a análise documental. Segundo Silva et. al. (2009),

[...] são documentos todas as realizações produzidas pelo homem que se mostram como índice de sua ação e que podem revelar suas ideias, opiniões e formas de atuar e viver. Nesta concepção é possível apontar vários tipos de documentos: os escritos; os numéricos ou estatísticos; os de reprodução de som e imagem; e os documentos objeto. (apud BRAVO, 1991, p.03)

Os documentos apontam para constatações muito relevantes na pesquisa pois traduzem um “jogo de forças dos que detêm o poder”, e não são produções “ingênuas”, pois “traduzem leitura e formas de interpretações do vivido por um determinado grupo de pessoas em um dado tempo e espaço”. (SILVA, et. al., 2009, p.03) Desta forma, é possível afirmar que a análise documental pode atender a pesquisas de diferentes concepções epistemológicas, “tanto nas abordagens de natureza positivista como também naquelas de caráter compreensivo, com enfoque mais crítico”, dependendo de forma direta do pensamento do pesquisador e da forma como elabora suas conclusões.

Antes de mais nada, é necessário que se estabeleça uma aproximação da realidade/local que se deseja pesquisar. Para isto realizei uma apresentação do tema, objetivos e proposta de metodologia para desenvolvimento da pesquisa para a equipe da escola, ressaltando a relevância social e acadêmica que a pesquisa pretendia representar, bem como os impactos positivos que esta podia representar para a instituição. Mediante esta atividade, foi criado clima propício para livre acesso aos documentos necessários para pesquisa, tendo esta autorização, o trabalho com os documentos compreenderam dois momentos: a coleta dos documentos, que foi feita de forma criteriosa, considerando os documentos de maior relevância para a

pesquisa; e posteriormente a análise do conteúdo. Na análise dos documentos observei os seguintes requisitos:

- Identificação da estrutura e funcionamento do sistema;
- Qual a participação dos estudantes e qual a dos Monitores na gestão do sistema;
- Orientações, normas, princípios e valores cultivados;
- Concepções teóricas que sustentam o processo de auto-organização dos estudantes;
- Quantidade/conteúdo: os documentos existentes dão conta de orientar todo processo de auto-organização?

Os documentos analisados na escola foram os seguintes:

- Livreto de Estatutos da AECEFFABE (2010);
- Livreto de Normas da AECEFFABE (2010);
- Orientações para o acompanhamento e assessoria dos monitores no cotidiano da sessão (2014);
- Retrospectiva histórica da auto-organização dos estudantes no CEFFA (2013);
- Regimento Interno da EFABE, revisado em 2016;
- Relatório do Encontro de Formação das Famílias da EFABE, maio de 2017;
- Projeto Político Pedagógico da EFABE, revisado em 2016;
- Relatório do Encontro de Formação de Monitores e Monitoras dos CEFFA's (2017);

As informações adquiridas com a análise dos documentos foram complementadas e confirmadas a partir do segundo procedimento da pesquisa, que foi a entrevista semiestruturada com estudantes egressos da escola. Na ocasião foram selecionados 5 egressos em um recorte temporal dos anos de 2013 à 2016, utilizando para escolha dois critérios básicos: a facilidade de encontro com estes egressos (agendamento e distância); e estar inseridos em espaços de

discussões/contribuição com campo e/ou Educação do Campo⁵. “A escolha criteriosa dos participantes da pesquisa é fundamental para os resultados da pesquisa na medida em que afeta a qualidade das informações obtidas e a validade da própria pesquisa” (FRASER e GONDIM, 2004 apud GASKELL, 2002, p.10)

Para discorrermos mais sobre a abordagem através da entrevista, podemos conceituá-la a partir de Fraser e Gondim (2004), para os quais:

A entrevista é considerada uma modalidade de interação entre duas ou mais pessoas. Trata-se de uma conversação dirigida a um propósito definido [...]. A entrevista é uma forma de interação social que valoriza o uso da palavra, símbolo e signo privilegiados das relações humanas, por meio da qual os atores sociais constroem e procuram dar sentido à realidade que os cerca (FRASER e GONDIM, 2004, p. 01).

A entrevista, assim como aponta os autores supracitados, é um instrumento de pesquisa que possui muito potencial quando se pretende criar uma aproximação e um entendimento a partir de pressupostos subjetivos que o objeto da pesquisa pretende gerar nos indivíduos. Dentre as vantagens que são possíveis destacar a partir da utilização da entrevista enquanto método de pesquisa, podemos citar, assim como Fraser e Gondim (2004, p. 02):

[...] favorecer a relação intersubjetiva do entrevistador com o entrevistado, e, por meio das trocas verbais e não verbais que se estabelecem neste contexto de interação, permitir uma melhor interpretação destes significados, dos valores e das opiniões dos atores sociais a respeito de situações e vivências pessoais. Outra vantagem é a flexibilização na condução do processo de pesquisa e na avaliação de seus resultados.

Ainda sobre a entrevista, podemos enfatizar a relevância desta técnica quando pretendemos perceber como as pessoas concebem o mundo, suas opiniões, crenças, valores e os “significados que as pessoas atribuem a si, aos outros e ao mundo circundante”. Desta forma, ela se torna uma metodologia apropriada a pesquisa qualitativa, como é a pretensão deste trabalho, partindo da premissa de que a ação humana é dotada de significações.

⁵ Para seleção dos entrevistados além dos critérios de disponibilidade dos sujeitos, e de facilidade de agendamento de entrevista, houve contribuição da escola em indicar estudantes das referidas turmas concluintes.

Para Fraser e Gondim (2004), há duas modalidades de entrevista: “a face a face e a mediada”. Na ocasião desta pesquisa foi oportunizada a modalidade face a face que,

[...]se refere àquela modalidade em que o entrevistador e o entrevistado se encontram um diante do outro e estão sujeitos as influências verbais [...], às não-verbais [...], e as decorrentes da visualização das reações faciais do interlocutor. (FRASER e GONDIM, 2004, p. 05).

Ainda podemos classificar as entrevistas em estruturadas, onde o entrevistador elabora um roteiro de perguntas e o desenvolve rigorosamente, sem espaços para estabelecer diálogos fora do previsto; a semiestruturada, onde é previsto um roteiro de abrangência para o diálogo, porém existe uma certa liberdade para complementar o diálogo a partir dos rumos que a conversa seguir; e a não estruturada, onde o entrevistado fica livre para dissertar sobre o assunto da pesquisa, optando pelo que acredita ser mais relevante para o diálogo.

No caso desta pesquisa, foi utilizado a entrevista semiestruturada (APENDICE 1). Um dos motivos apontados pelos autores supracitados para a utilização deste tipo de entrevista é que ela “almeja compreender uma realidade particular e assume um forte compromisso com a transformação social, por meio da auto-reflexão e da ação emancipatória que pretende desencadear nos próprios participantes da pesquisa” (FRASER e GONDIM, 2004).

O número de pessoas a ser entrevistado também é uma aspecto fundamental a ser considerado na pesquisa, pois tem-se que cuidar de um quantitativo de entrevistas que seja suficiente para o desenvolvimento do tema. As entrevistas foram desenvolvidas com 5 egressos da escola tendo como enfoque central, as contribuições do sistema de auto-organização dos estudantes vivenciado no CEFFA para o engajamento e tomada de consciência destes.

Com a utilização desta metodologia de desenvolvimento da pesquisa, os resultados das abordagens foram suficientes para promover uma análise e discussão acerca do tema para o trabalho, tendo como suporte a fala dos entrevistados sobre suas vivências e apropriações acerca do processo de auto-

organização, e os documentos existentes na escola que orientam e dão suporte ao trabalho dos estudantes.

No próximo capítulo, será apresentada uma breve exposição sobre Educação do Campo e Pedagogia da Alternância, especialmente suas trajetórias e movimentos de expansão, suas conquistas e desafios e marcos legais que sustentam o projeto.

2 EDUCAÇÃO DO CAMPO, PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA E AUTO-ORGANIZAÇÃO ESTUDANTIL

A Educação do Campo sempre foi, assim como muitos outros serviços ou setores da sociedade, um espaço de disputa conceitual a partir de diferentes interesses das classes presentes em determinados momentos históricos. As trajetórias da Educação do Campo devem ser vistas a partir do entendimento que no campo brasileiro foram postos em prática vários modelos de educação para os povos do campo, que se constituíram a partir da disputa de classes por este espaço, que em diferentes momentos históricos ou espaços geográficos se configuraram de forma diferenciada.

Na trajetória da Educação do Campo podemos demarcar três cenários fundamentais:

“Educação *No* Campo: caracterizada num cenário de expansão industrial no Brasil, e marcada pela forte influência da Pedagogia tradicional, da concepção de campo como atraso, do estímulo para as indústrias urbanas (êxodo rural), e da transferência da metodologia de educação do urbano para o rural;

Educação *Para* o Campo: num momento histórico de adoção dos pacotes da Revolução Verde era necessário educar os trabalhadores do campo para o uso destes. Grande influência da Pedagogia Tecnista e da Escola Nova, estímulo para a competitividade (a promoção relacionada ao uso dos pacotes da Revolução Verde) e a profissionalização, concepção de campo como espaço convencional.

Educação do Campo: estimulando a preparação para a vida e defesa do campo como espaço de viver, produzir e ser feliz, fortemente influenciada pela Pedagogia Progressista, adotando uma metodologia contextualizada com o meio (a realidade concreta como ponto de partida).” (Projeto Político Pedagógico da EFABE)

Há que se destacar a contradição histórica que se apresenta a partir dos conceitos de Educação do Campo e Educação Rural, apontando seus antagonismos e pretextos referentes aos interesses de classes no momento, que será discutido adiante.

A luta pela Educação do Campo se firmou a partir de um cenário educacional do final dos anos 1980, quando a sociedade saía do regime militar e protagonizavam várias lutas democráticas em busca de vários direitos, entre eles a Educação do Campo (OLIVEIRA e CAMPOS, 2012, p. 239).

Para se pensar a Educação do Campo é necessário que o façamos a partir da tríade: Campo – Política pública – Educação. Há os que cultivam uma tendência a separar estes termos a partir dos interesses ou sujeitos que participam do debate. Todavia estes não podem ser deslocados um do outro. Pensá-los separadamente pode promover uma desconfiguração política e Pedagógica da Educação do Campo (CALDART, 2008, p. 71).

Ainda segundo Caldart (2008),

A Educação do Campo nasceu como mobilização/pressão de movimentos sociais por uma política educacional para comunidades camponesas: nasceu da combinação das lutas dos sem-terra pela implantação de escolas públicas nas áreas de reforma agrária com as lutas de resistência de inúmeras organizações e comunidades camponesas para não perder suas escolas, suas experiências de educação, suas comunidades, seu território, sua identidade (CALDART, 2008, p. 71).

É neste ponto que destacamos a auto-organização como elemento presente nas práticas dos movimentos sociais do campo. A educação escolar do campo pretendendo ser uma ferramenta de empoderamento e emancipação dos camponeses, precisa tomar rumos pelos quais os educandos produzam consciência de sua situação social, coletiva e organizativa, onde sejam “corpos conscientes”⁶ nas palavras de Freire.

Bahniuk (2008) refere-se ao significado da educação como sendo “o processo de apropriação pelo indivíduo das objetivações construídas pelo gênero humano ao longo de sua existência” e afirma que a “educação é a mediação fundamental do processo de tornar-se humano”. Não obstante, ressalta que “os processos educativos [...] não estão alheios às relações sociais que o engendram” (p. 89), de

⁶ “Corpo consciente (consciência intencionada ao mundo, à realidade), o homem atua, pensa e fala sobre esta realidade, que é a mediação entre ele e outros homens, que também atuam, pensam e falam.” (FREIRE, 1983, p.44)

tal modo reconhecendo a educação como processo de emancipação dos sujeitos inseridos em contextos e contradições sociais diversas. Entendendo estas contradições no campo, dá-se a necessidade de uma formação escolar voltada para o reconhecimento histórico da luta dos camponeses e a elaboração de metodologias organizativas nos espaços escolares da Educação do Campo, que estejam a serviço da formação integral⁷ dos estudantes, e emancipação destes juntamente com seus contextos sociais.

As conferências “Por Uma Educação Básica do campo”, que aconteceram em 1998 e 2004, foram espaços de especial importância para a formulação e articulação de saberes na construção de uma ideologia político-pedagógica e de diretrizes que orientem as políticas públicas para Educação do Campo. (OLIVEIRA e CAMPOS, 2012, p. 240)

A primeira Conferência Nacional: Por Uma Educação Básica do Campo aconteceu em 27 de julho de 1998 em Luziânia – GO, e partiu de uma motivação levantada no I ENERA (Encontro Nacional do Educadores e Educadoras na Reforma Agrária) em julho de 1997. Na comissão organizadora do evento estava inseridas organizações como a UnB (Universidade de Brasília), o UNICEF (Fundo das Nações Unidas para Infância), a UNESCO (Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura), CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) e MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), que assumiram o compromisso de dar continuidade as mobilizações “Por Uma Educação Básica do Campo”, expressa em algumas propostas:

[...] reuniões periódicas do representantes das cinco entidades promotoras; uma coleção de cadernos para fomentar a reflexão; a realização de alguns seminários; o estudo de uma possível segunda conferência nacional, e mesmo de uma conferência latino-americana; a constituição de uma grupo de trabalho para acompanhar tanto a tramitação do Plano Nacional de Educação (PNE), no Congresso Nacional, como a elaboração de políticas públicas específicas para a educação básica do campo. (KOLLING; NERY; MOLINA, 1999, p. 19)

⁷ Entendendo aqui a educação integral como o princípio da formação dos sujeitos em todas as suas dimensões ética, espiritual, filosófica, artística, ecológica, intelectual, técnica, científica, profissional e outras. (Caderno de acompanhamento, 2015)

É válido ressaltar, como Oliveira e Campos (2012), o descaso com que a Educação do Campo foi tratada historicamente pelo poder público, e mesmo que nos últimos anos tenham se conquistado direitos a partir das lutas, e mudado os cenários da Educação do Campo, ainda se encontra deficiente. É possível perceber um desafio no campo da educação infantil e na continuidade dos anos finais do ensino fundamental, ensino médio e ensino superior. O que se encontra muitas vezes são estudantes sendo nucleados em vilas e perímetros urbanos para continuidade dos estudos, sendo estes submetidos a conteúdos e metodologias urbanocêntricas, mesmo que a lei estabeleça que toda escola situada no campo ou mesmo aquelas situadas em espaços urbanos, mas que recebem estudantes oriundos do campo, devem trabalhar dentro do modalidade de Educação do Campo.

Destaca-se como meta, avançar na construção de políticas públicas e de diretrizes para desenvolvimento da Educação do Campo nos estados e municípios. No estado do Espírito Santo há uma iniciativa através do Comitê Estadual de Educação do Campo - COMECES. O COMECES surgiu em 2008 a partir da articulação de diversas organizações da sociedade civil ligadas a educação e aos Movimentos sociais do campo, que incentivadas pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário iniciaram, em 2007, diversos fóruns e reuniões de formação sobre o tema em todo o estado. São 17 as organizações⁸ que compõe o COMECES. Entre elas existem movimentos sociais camponeses e órgãos públicos envolvidos no setor de educação, que assumem o objetivo de propor e monitorar as políticas públicas para Educação do Campo no estado. Dados alarmantes acerca do fechamento de escolas do campo no estado são incentivos para assumir cada vez com mais garra a luta pela Educação do Campo, destacamos o fechamento de 2002 escolas do campo num intervalo de 12 anos (1998 a 2010).

⁸ Secretaria de Estado de Educação – SEDU; Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA; Universidade Federal do Espírito Santo – UFES; Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Espírito Santo – FETAES; União do Dirigentes Municipais de Educação – UNDIME; Movimento dos Pequenos Agricultores- MPA; Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST; Movimento quilombola; Movimento Indígena; Instituto de Colonização e Reforma Agrária – INCRA; Regional das Associações dos Centros Familiares de Formação em Alternância do Espírito Santo – RACEFFAES; Movimento de Educação promocional do Espírito Santo – MEPES; Comissões de Educação do Campo dos territórios: Norte, Terras do Rio Doce, Caparaó e Montanhas e águas; Centros Integrados de Educação Rural – CEIER; Fórum Permanente de Educação Infantil do Espírito Santo – FOPEIS; Fórum de Educação de jovens e Adultos do Espírito Santo – EJA/ES; Conselho Estadual de Educação – CEE.

Além da bandeira de luta principal que é, na atualidade, a aprovação das Diretrizes Operacionais para Educação do Campo no estado, o comitê tem atuado diretamente através de políticas para expansão da Educação do Campo no estado, principalmente através da Pedagogia da Alternância. Hoje destaca-se além do comitê estadual, a iniciativa de alguns municípios na construção de comitês municipais, os quais definem metas e linhas de ação em prol da conquista e defesa do direito a Educação do Campo, como os município de São Mateus, Jaguaré, São Gabriel da Palha, Nova Venécia, e Boa Esperança.

Segundo Molina e Freitas (2011), podemos destacar enquanto avanços as conquistas na garantia do direito a educação para os camponeses, os programas sociais destinados a eles, a inserção tema de estudo nas universidades públicas brasileiras, e a integração entre as diversas organizações do campo através do Fórum Nacional de Educação do Campo – FONEC.

2.1 EDUCAÇÃO DO CAMPO X EDUCAÇÃO RURAL

O termo Educação do Campo é um conceito relativamente novo, e em construção integrada pelos diversos setores ou movimentos sociais da sociedade civil, pioneiramente pelo Movimento dos Trabalhadores rurais Sem Terra (sem desconsiderar as positivas experiências anteriores desenvolvidas por outras organizações, e que contribuíram e contribuem na construção deste conceito).

Entender o conceito de Educação do Campo, adverte ao entendimento de que projetos de desenvolvimento para o campo estão em jogo, e quais pesos existem entre os lados. Neste sentido aponta Freitas e Molina (2011, p.18), que existe um processo de luta pela garantia dos direitos, “articulando as exigências do direito à terra com as lutas pelo direito à educação”. É uma disputa de interesses econômicos e sociais pela utilização deste território, uma polarização entre a lógica da agricultura camponesa (volta a produção de alimentos) e o agronegócio (voltado para a reprodução do capital).

Neste cenário de lutas pela garantia dos direitos, é que se configura o protagonismo dos sujeitos do campo organizados em movimentos, no sentido de afirmar um modelo contra hegemônico de desenvolvimento do campo, onde a educação se destaca enquanto bandeira de luta e ao mesmo tempo como uma estratégia de formação política e ideológica, bases para a construção deste modelo.

Este protagonismo é o que distancia o conceito de Educação do Campo da Educação Rural, como afirma Campos e Oliveira,

[...] A diferenciação da *Educação do Campo* da histórica *educação rural*: o protagonismo dos movimentos sociais do campo na negociação de políticas educacionais, postulando nova concepção de educação que incluísse suas cosmologias, lutas, territorialidades, concepções de natureza e família, arte, práticas de produção, bem como a organização social, o trabalho, dentre outros aspectos locais e regionais que compreendem as especificidades de um mundo rural. (CAMPOS e OLIVEIRA, 2012, p. 20).

A Educação do Campo em sua essência sempre foi protagonizada pelos movimentos sociais, que colocam em pauta na luta pelo direito a educação não apenas a questão do acesso e permanência, mas a qualidade, considerando aspectos como conteúdo, metodologia e perfis docentes e discentes que participam deste projeto. Não é só uma questão de acesso a um direito historicamente negado a estes sujeitos, e sim uma questão de afirmação dos sujeitos, de suas territorialidades, de suas vivências, sua cultura, e seu entendimento de campo enquanto classe.

A Educação rural, no entanto, foi sempre difundida pelos organismos oficiais, no sentido de escolarizar para o propósito do produtivismo e da lógica do trabalho nas cidades, o que contribuiu para a migração destes sujeitos para se tornarem operários na cidade.

A educação que foi institucionalizada em nosso país sob o modo de produção capitalista, como enfatiza Mézaros (2005), sempre esteve a serviço de formar os trabalhadores para a “máquina do capital”, em virtude da expansão deste sistema, reproduzindo ainda valores morais que reafirmam os interesses da classe dominante. E complementando, Santos (2010) coloca que a escola enquanto instituição social tem desenvolvido uma educação que atenda as exigências políticas

e econômicas, mais que as humanas e sociais, o coloca em lócus a intencionalidade ressaltada por Mézaros no sentido que atendendo as exigências políticas e econômicas, estaria a serviço do modelo de desenvolvimento econômico capitalista.

Destaca-se aqui o papel da Educação do Campo, enquanto processo formativo que objetiva a construção de valores e perspectiva de sociedade fincados em novos princípios, contrapostos aos valores cultivados na sociedade capitalista, e valorizando os processos de luta e resistência dos sujeitos camponeses como primazia na formação. Neste sentido destaca-se a colaboração de Caldart,

A Educação do Campo nasceu tomando/precisando tomar posição no confronto de projetos de campo: contra a lógica do campo como lugar de negócio, que expulsa as famílias, que não precisa de educação nem de escolas porque precisa cada vez menos de gente [...] E ao nascer lutando por direitos coletivos que dizem respeito a esfera do público, nasceu afirmando que não se trata de qualquer política pública: o debate é de forma, conteúdo e sujeitos envolvidos. [...] como crítica a uma educação pensada em si mesma ou em abstrato; seus sujeitos lutaram desde o começo para que o debate pedagógico se colasse a sua realidade, de relações sociais concretas, de vida acontecendo em sua necessária complexidade. (CALDART, 2008, p. 71 – 72).

A educação brasileira historicamente foi marcada por precariedades. Esta situação acontece, entre outras coisas, por não se considerar as distintas realidades encontradas nos espaços e os conhecimentos adquiridos pelos estudantes em espaços não escolares, caracterizando assim no Brasil um modelo hegemônico de educação escolar. Um dos principais sujeitos a sofrer com este modelo foi o camponês, que no decorrer da história sempre foi considerado como atrasado, um ser que precisa ser modernizado. (SILVA et. al, 2013, p. 130)

A adoção de um modelo hegemônico de educação, a que Paulo Freire chamaria de “Educação Bancária⁹”, priva os sujeitos do processo educativo de se emanciparem. Isso se reproduz na Educação do Campo por vezes em que os camponeses recebem uma educação escolar totalmente urbanizada ou a serviço do

⁹ “A narração de que o educador, conduz os educandos a memorização mecânica do conteúdo narrado. Mais ainda, a narração os transforma em “vasilhas”, em recipientes a serem “enchidos” pelo educador. [...] Eis aí a concepção “bancária” da educação, em que a única margem de ação que se oferece ao educandos é a de receberem depósitos, guarda-los e arquivá-los”. (FREIRE, 1987, p. 58)

modo de produção capitalista na agricultura, o agronegócio. Por esse motivo, movimentos e organizações do campo levantaram a bandeira da Educação do Campo, acreditando, como Paulo Freire, que a educação é uma ferramenta de empoderamento e emancipação dos sujeitos.

Poderíamos ressaltar que nos dias de hoje, na atual conjuntura política e econômica de nosso país, que a Educação do Campo corre sérios riscos no que diz respeito a garantia dos direitos já conquistados e a ampliação das conquistas no campo das políticas públicas. No próximo tópico, será discutido mais sobre este assunto.

2.2 A CONSTITUCIONALIDADE DA EDUCAÇÃO DO CAMPO: MARCOS LEGAIS

Ousamos iniciar esta seção com uma citação de Celso Furtado, também usada por Molina (2008) iniciando seu artigo sobre a Constitucionalidade e a Justicibilidade do Direito a Educação dos povos do Campo:

A educação interfere no tempo, e melhorando-se a qualidade do fator humano modifica-se por completo o quadro do país, abrem-se possibilidades de desenvolvimento muito maiores. Não há país que tenha conseguido se desenvolver sem investir consideravelmente na formação de gente. Este é o mais importante investimento a fazer, para que haja, não só crescimento, mas autêntico desenvolvimento. (FURTADO apud MOLINA, 2008, p. 01)

Podemos, a partir de diversas análises, afirmar que o direito a educação foi historicamente negado a diversos sujeitos, do campo e das cidades, de demasiadas maneiras, dentre elas, a falta de condições para acesso (existência de escolas e de turmas, distância geográfica da escola) e permanência (pedagogia apropriada, condições materiais dos próprios estudantes e das escolas, entre outras). E assim se fez necessário que os camponeses empenhassem lutas em prol da efetivação destes direitos e conquistas de outros ainda não legislados.

Arroyo (2006) adverte,

Temos que defender o direito à educação como direito universal, mas como direito concreto, histórico, datado, situado num lugar, numa forma de produção, neste caso da produção familiar, da produção agrícola no campo; seus sujeitos tem trajetórias humanas, de classe, de gênero, de etnia, de raça, em que vão se construindo como mulheres, indígenas, negros e negras, como trabalhadores, produtores do campo... Os movimentos sociais nomeiam os sujeitos de direitos. Esses sujeitos tem rosto, tem gênero, tem classe, tem identidade, tem trajetórias de exploração, de opressão. Os movimentos sociais tem cumprido uma função histórica no avanço dos direitos: mostrara seus sujeitos, com seus rostos de camponês, trabalhador, mulher, criança. Sujeito coletivos, concretos, históricos. (ARROYO. 2006, p.03)

É possível destacar alguns marcos legais que amparam a Educação do Campo enquanto direito. A Constituição Federal de 1988 no Título VIII, Seção I do Capítulo III, fala que a educação é um direito de todos e dever do estado e da família, objetivando a plena formação humana para o exercício da cidadania. E ressalta ainda, no artigo 206, os princípios para o desenvolvimento da educação, que são:

- I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II – liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;
- III – pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- IV – gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- [...]VI – gestão democrática do ensino público, na forma da lei;
- VII – garantia de padrão de qualidade; [...]. (BRASIL, 1988, p. 121)

Ainda na Constituição, o Capítulo II do Título II, que fala dos Direitos sociais, coloca a educação enquanto um destes direitos. O Estatuto da Criança e do Adolescente vem contribuir reafirmando alguns pontos da Constituição, sobre o direito à educação, igualdade de condições de acesso e permanência, acesso à escola pública e gratuita próxima da residência dos estudantes, e complementa: “No processo educacional respeitar-se-ão os valores culturais, artísticos e históricos próprios do contexto social da criança e do adolescente, garantindo-se a estes a liberdade de criação e o acesso às fontes de cultura”. (BRASIL, 1990, s. p.)

Em relação aos currículos escolares, a Lei 9.394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional em seus artigos 26 e 28 garante que os currículos do ensino fundamental e médio tenha a base nacional comum, complementada por uma parte diversificada, de acordo com as características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela, devendo-se promover as adaptações necessárias a sua adequação, às peculiaridades da vida rural de cada região. (BRASIL, 1996, s.p.)

Podemos citar ainda a Resolução CNE/CEB nº 1, de 3 de abril de 2002, que dispõe sobre as Diretrizes Operacionais para Educação Básica nas escolas do Campo. Esta foi um marco importantíssimo na luta por uma educação básica do campo, dispondo sobre políticas de acesso e permanência, metodologia de trabalho, perfil dos docentes, perfil da escola, políticas de manutenção das escolas, ações afirmativas, entre outras. E mais recentemente, destacamos o Decreto 7.352/2010 que elevou a Educação do Campo a política de Estado. Podemos destacar os princípios da Educação do Campo expressas neste decreto:

I- respeito a diversidade do campo em seus aspectos sociais, culturais, ambientais, políticos, econômicos, de gênero, geracional, e de raça e etnia;

II- Incentivo a formulação de projetos político-pedagógicos específicos para as escolas do campo estimulando o desenvolvimento das unidades escolares como espaços políticos de investigação e articulação de experiências e estudos direcionados para o desenvolvimento social, economicamente justo e ambientalmente sustentável, em articulação com o mundo do trabalho;

III- desenvolvimento de políticas de formação de profissionais da educação para o atendimento da especificidade das escolas do campo, considerando-se as condições concretas da produção e reprodução social da vida no campo;

IV- valorização da identidade da escola do campo por meio de projetos pedagógicos com conteúdo curriculares e metodologias adequadas as reais necessidades dos alunos do campo, bem como flexibilidade na organização escolar, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e as condições climáticas; e

V- controle social da qualidade da educação escolar, mediante a efetiva participação da comunidade e doa movimentos sociais do campo. (BRASIL, 2010, s.p.)

É importante ressaltar, que os marcos legais existentes ainda não são suficientes para garantia do direito a educação dentro das especificidades necessárias para que esta seja emancipatória, e contribua no processo de afirmação do campo enquanto espaço digno e de construir um projeto de agricultura sustentável. Ainda hoje é necessário que os movimentos e organizações sociais do campo sejam protagonistas de lutas em prol da garantia desses direitos, e o que historicamente foi negado aos povos do campo, hoje ainda possui desafios quanto a sua efetivação.

Atualmente, podemos destacar uma investida do governo estadual, no Espírito Santo, do PMDB em enfraquecer a Educação do Campo, utilizando de cortes no salário dos professores, promovendo fechamento de turmas e até mesmo de escolas do campo, diminuindo verbas para alimentação e material didático nas escolas, dentre outros, além de apresentar dificuldade para compreender a Pedagogia da Alternância, sistema pelo qual a maioria das escolas do campo trabalham.

Este cenário não está desligado do que acontece nacionalmente em nosso país, onde, ao lado de inúmeros outros direitos que estão sendo mutilados ou extintos, a educação também vem sofrendo retrocessos, tanto no que diz respeito a parte material, da manutenção das escolas, quanto na parte político pedagógica, onde as reformas propostas prezam essencialmente por uma educação que esteja a serviço do modelo econômico vigente, o capitalismo, que no campo toma o nome de Agronegócio. Desta forma, acreditamos que mais uma vez nossas experiências educativas na Educação do Campo podem ser destacadas enquanto proposta contra-hegemônica e alvo de ataques dos setores políticos que não tem por perspectiva este tipo de educação para a classe trabalhadora.

2.3 EDUCAÇÃO DO CAMPO E PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA: DUAS ESTRATÉGIAS DE LUTA POLÍTICA E PEDAGÓGICA UNIDAS PELA HISTÓRIA

A Pedagogia da Alternância nasce como alternativa em um cenário de negação do direito a educação para classe trabalhadora do campo, abraçada inicialmente pelo Padre Abbé Granereau e agricultores da França. Data início em 1935, quando 4 jovens camponeses se apresentam a casa paroquial de “Sérignac-Péboudou” no interior da França a procura de estudo, e assim surgiu a Primeira Maison Familiale Rurale. (NOSELLA, 2007, p.19)

Segundo Ribeiro,

O abade e os pais dos jovens agricultores chegaram a um acordo, segundo o qual os jovens permaneceriam durante três semanas trabalhando em suas propriedades sob a orientação dos pais e ficariam reunidos durante uma semana por mês, estudando na casa paroquial (RIBEIRO, 2008, p.15)

Essa alternância de tempos e espaços na formação, hoje configura dinâmica formativa essencial para efetivação da práxis e para desconstrução da ideia de separação entre escola e vida. De acordo com Marins,

A Pedagogia da Alternância é um sistema educativo, que se propõe a romper com a ideia dicotômica criada em torno dos conceitos de prática e teoria e com a concepção reducionista de educação, compreendendo como eixos centrais do processo formativo o trabalho, as relações sociais e o estudo. (MARINS, 2014, p.23)

Desta forma, compreende o processo formativo ainda como um processo de humanização, formando cidadão a partir de novas bases conceituais e novas perspectivas de relações sociais e de trabalho, assim como aponta Rocha,

A Pedagogia da Alternância propõe uma formação integral que leva em conta todas as dimensões da pessoa, formando cidadãos autônomos, com consciência crítica e solidária que constitui base do desenvolvimento pessoal e comunitário. (ROCHA, 2006, p.06)

Tanto a Educação do Campo como a Pedagogia da Alternância, nascendo em meio a cenários de contradições, surgem como possibilidade de promoção das classes populares, alinhando-se assim ao que se tem proposto como Educação Popular. De acordo com Marins,

Os pressupostos que orientam a concepção pedagógica da Educação Popular, a gestão a partir das classes populares, a formação humana integral, a luta contra o desrespeito aos direitos e pela libertação/emancipação do gênero humano, são os mesmos pressupostos que alimentam a luta pela Educação do Campo e a Pedagogia da Alternância. (MARINS, 2014, p.25)

Paludo (2008, p. 06-07), coloca como papel da educação popular,

[...] realizar a formação humana (holística e integral de ser humano), isto é, buscar formar seres humanos com forte consciência de que são sujeitos de direitos, com memória histórica, com capacidade de leitura crítica da realidade, o que implica discernimento e tomada de posição; capazes de se organizar na procura pela instituição de direitos humanos; que respeitem e saibam conviver com a diversidade; que possuam uma substantiva formação geral, além da preparação para o trabalho; que estejam com um pé firme na realidade, mas com os olhos na direção do futuro, do projeto para as suas vidas e de país que vão se dispendo a construir. Enfim, seres autônomos, protagonistas, críticos, sensíveis e comprometidos com o gênero humano e fortemente enraizados na comunidade.

Desta forma, também procuram a Educação do Campo e a Pedagogia da Alternância fomentar em seus espaços formativos esses princípios como norteadores das ações e metodologias/práticas pedagógicas. A auto-organização dos estudantes se destaca nestes espaços formativos e procura contribuir efetivamente para alcance destas qualidades tão ímpares ao “Homem novo e mulher nova” como apontaria Paulo Freire¹⁰.

As primeiras experiências de Pedagogia da Alternância no Brasil se deram no estado do Espírito Santo, lideradas pelo padre jesuíta Humberto Pietrogrande, que se preocupava com a situação dos imigrantes italianos e alemães e, motivado pela concepção de igreja católica assumida pelo Concílio Vaticano II, no ano de 1968 organizou as primeiras atividades em prol da constituição de um movimento de construção da Pedagogia da Alternância no estado.

No dia 25 de abril de 1968, na Câmara Municipal de Anchieta, uma Assembléia de agricultores dos municípios, assinava a ata constitutiva do Movimento de Educação Promocional do Espírito

¹⁰ FREIRE, Paulo. **O homem novo e a mulher nova**. Disponível em <<https://www.recantodasletras.com.br/ensaios/4508073>> Acesso em 06 de mar/2018. Às 11hs41min.

Santo (MEPES), que tinha como finalidade a promoção da pessoa humana, através de uma ação comunitária que envolvesse a mais ampla atividade inerente ao interesse da agricultura e principalmente no que tange à elevação cultural, social e econômica dos agricultores. (CEAS, 1970, nº 08, p.04)

No momento de criação das Escolas Família Agrícola – EFAs, o Brasil estava no auge da ditadura militar, e estas eram um dos poucos espaços de participação política dos trabalhadores, principalmente os camponeses. As Casas Familiares Rurais - CFRs chegam em 1985, após o processo de redemocratização, instalando-se primeiro no nordeste e depois expandindo para o sul do país. Muitas destas experiências de CFRs assumem características de fomento do empreendedorismo na agricultura familiar com objetivo de integrá-la ao capitalismo de mercado. (MARINS, 2014, p. 30-31)

O movimento de expansão da Pedagogia da Alternância no Brasil se deu de diferentes formas, e assumindo diversos moldes adaptando-se as realidades e interesses locais. No ES podemos destacar o processo de expansão para o norte do estado, ainda no final da ditadura militar, o que caracterizava um ascenso dos movimentos populares como as CEBs (Comunidades Eclesiais de Base), partidos políticos, movimentos sociais e sindicais. De acordo com Marins (2014) “[...] a região sofria com um grande avanço dos grandes projetos capitalistas, dos latifúndios e também por uma realidade de muita pobreza, o que produzia inúmeros conflitos sociais, principalmente agrários”. (p.31) Enquanto no sul do estado as EFAs nasceram com objetivo de elevar o nível social, econômico e cultural dos agricultores, o cenário que existia no norte fez com que as EFAs nascesse “pelas mãos dos agricultores organizados nas CEBs, nos partidos políticos, no movimento sindical e social” (p.32), o que confere as EFAs do norte um posicionamento político mais afinado frente ao projeto de educação, este ligado ao projeto de sociedade que queremos, o que é percebido até os dias de hoje.

Com o passar do tempo, várias escolas organizadas em Pedagogia da Alternância surgiram em todo Brasil, sendo adotada em diferentes níveis e etapas de ensino. Só no ES podemos destacar a Pedagogia da Alternância sendo desenvolvida nas EFAs, nas ECORs (Escolas Comunitárias Rurais), nas EAs

(Escolas de Assentamento), Escolas Multisseriadas, IFES (Instituto Federal do Espírito Santo), UFES (Universidade Federal do Espírito Santo, passando nas faixa etárias desde a Educação infantil, passando pelo ensino fundamental, ensino médio, EJA (Educação de Jovens e Adultos) até o ensino superior. Essa diversidade de instituições que adotam a Pedagogia da Alternância no Brasil, unificadas pela matriz metodológica, fez surgir em 2001 o termo CEFFA – Centro Familiar de Formação em Alternância, que unifica a maior parte estas experiências educativas, podendo destacar ainda as experiências nos campus universitários.

Como já citado anteriormente neste trabalho, no Espírito Santo existe o COMECES – Comitê de Educação do Campo do Espírito Santo, que promove ações diversas em defesa dos direitos à educação dos povos do campo, e ações em vista da expansão da Pedagogia da Alternância no estado. Outra organização que trabalha de forma integrada ao COMECES é a RACEFFAES – Regional das Associações dos Centros Familiares de Formação em Alternância do Espírito Santo, que promove ações mais cotidianas a respeito da articulação política e pedagógica dos CEFFA, principalmente no norte do estado. Através da RACEFFAES são desenvolvidos projetos que visam a articulação política do movimento, a formação dos estudante e a formação dos educadores, mantendo uma unidade política e pedagógica entre os CEFFA.

Se todo processo histórico de constituição e manutenção da Educação do Campo e da Pedagogia da Alternância, perpassa por muita organização, movimentos, lutas e resistência, não poderia o processo formativo dos estudantes não considerar isso como elemento pedagógico na formação. De acordo com Knopf,

A auto-organização dos estudantes é pensada como fio condutor da formação e gestão da escola do campo. É assumir na concretude o que se defende sobre “ser sujeito do processo”. Ninguém se faz sujeito se não “põe a mão na massa”. E jamais alguém se torna sujeito esperando ou aceitando que os outros façam por ele. Tornamo-nos sujeitos na ação. [...] é possível levar nossos estudantes e professores a compreenderem que há momentos de coordenar e outros de serem coordenados, entendendo a importância de propor, avaliar e tomar decisões coletivas sobre o processo. (KNOPF, 2015, p. 657)

A auto-organização é uma representatividade da vida cotidiana, apresentando o desafio da prática da colaboração, solidariedade, companheirismo, responsabilidade individual e coletiva, e desenvolvimento do intelecto e consciência crítica. Por isso deve conduzir a formação humana, a um engajamento social e/ou profissional nesta perspectiva histórica, e a emancipação dos sujeitos.

3 A AUTO-ORGANIZAÇÃO DOS ESTUDANTES NA ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA DE BOA ESPERANÇA: DISCUSSÕES A PARTIR DO RELATO DE EGRESSOS E ANÁLISE DOCUMENTAL

Encontramos na sociedade atual modelos de educação e de vida baseados em valores conservadores cultivados pela sociedade burguesa, que desconsideram todas as ações e manifestações coletivas de produção da vida e do conhecimento, prezando por uma forma individual de conceber e se aproveitar dos bens materiais e culturais produzidos pela humanidade. Esses modelos se inventaram e reinventaram historicamente, com moldes diferentes mas interesses comuns, com objetivo de manter sua dominação e o adestramento das pessoas. A forma mais contemporânea que encontraram para continuar sendo, visto as transformações sociais e políticas que a sociedade apontou, foi do discurso de sociedade livre, em meio a qual todos teriam liberdade para buscar por si próprios a sua “felicidade de forma individual”. Este molde é o que chamamos de neoliberalismo, e tudo o que rodeia este, transpira mecanismos de controle social em vista da manutenção do mesmo. (VIEIRA FILHO, 201?, p.01-02)

Vieira Filho (201?) destaca uma colocação de Pistrak (2005), que diz que a educação escolar atual “não é agradável aos estudantes, não os atrai, não cria neles uma tendência interior de se formar, pois não os fazem compreender os verdadeiros objetivos deste ensino”. (p.03) E complementa,

[...] A escola atual ao invés de propor a mudança, acaba respondendo as demandas do capital, acreditamos que só através da organização de um trabalho pedagógico verdadeiramente coletivo é que podemos ajudar a construir um novo modelo de sociedade. (VIEIRA FILHO, 201?, p.04)

Ir à escola atualmente se tornou como uma rotina (desagradável a muitos) que todos tem que cumprir obrigatoriamente até determinada fase de sua vida, adotando discurso de promoção dos alunos mas desenvolvendo uma educação que não atende a tal, pois “tudo o que o capital não quer é uma sociedade que aprenda a se auto-organizar em busca de interesses e necessidades coletivas que não

correspondem aos interesses de seu próprio domínio” (VIEIRA FILHO, 201?, p.03). Pistrak (2001) destaca que,

“[...] A escola deve não somente formar, mas suscitar os interesses das crianças, organizá-los, ampliá-los e fazer deles interesses sociais[...]. A escola deve transformar os interesses individuais, as emoções das crianças, em fatos sociais, cimentando com base nisso o coletivo infantil. O coletivo das crianças criará pelo próprio fato de existir a auto-organização”. (p.178)

Mas esta escola, ou melhor dizendo, ambos estes projetos de escola não são criados e direcionados para todos. Há uma intencionalidade no acesso às escolas que oferecem diferentes tipos, modalidades e metodologias pedagógicas. A escola burguesa e convencional é oferecida para “todos”, destacando que há estratificação das classes e que os filhos dos mais ricos acessam determinadas condições de acesso a conhecimento que os filhos da classe pobre, por sua vez, não a conhecem. Esta escola trabalha constantemente, em todos os seus dias letivos, para proclamar o modelo de sociedade vigente em suas diversas atividades anuais, e manter a desigualdade social existente e os destinos pré-determinados a cada jovem de cada extrato social.

Uma escola que luta pela emancipação dos próprios sujeitos de sua construção, estes que são operários, camponeses e trabalhadores, nasce enquanto perspectiva de formação de classe, e em vista da promoção destes sujeitos e desconstrução da ordem vigente para construção de uma nova sociedade, de um novo horizonte. Freitas (2010) aponta que o objetivo desta escola é,

[...] a partir de uma concepção pedagógica comprometida com a construção de uma nova sociedade, formar uma juventude que pretenda lutar pelas transformações sociais que produzam uma sociedade com outras relações sociais, portanto não capitalista, e formá-los no sentido de que tal luta inclui a construção desta nova sociedade desde já, nos limites das restrições de nosso momento histórico (p.09)

A auto-organização permite que o estudante compreenda o mundo e os fatos “através de uma visão coletiva e crítica, podendo assim mentalizar qual deve ser sua postura em frente a realidade que está posta, e assim busque sua emancipação

contínua para poder intervir nessa realidade”. (VIEIRA FILHO, 201?, p. 03) Desta forma, este capítulo irá se ocupar em demonstrar como é desenvolvida a auto-organização dos estudantes na Escola Família Agrícola de Boa Esperança - EFABE, quais os aportes teóricos e princípios que são tomados como base, e as implicações deste processo no perfil dos estudantes egressos em vista da formação da consciência e engajamento socioprofissional.

3.1 ESTRUTURA E FORMA ORGANIZATIVA DA AUTO-ORGANIZAÇÃO DOS ESTUDANTES NA EFABE

A EFABE foi fundada em abril de 1986, nascida da mobilização das famílias, monitores e estudantes de outras escolas da região, no intuito de criar uma Escola Família Agrícola de Ensino médio, pois naquela época na região só existiam escolas de ensino fundamental em Pedagogia da Alternância. Dado o interesse e a necessidade de algumas famílias de que seus filhos continuassem estudando numa escola do campo em Pedagogia da Alternância, os parceiros se articularam e com a contribuição do poder público local e da sociedade civil fundaram a EFABE. Inicialmente a escola atendia o ensino médio técnico para o município local, municípios vizinhos e até pessoas de outros estados, hoje, depois do movimento de expansão com a criação de novas escolas de ensino médio em Pedagogia da Alternância, o atendimento fica mais para o município e arredores.

O município de Boa esperança é caracterizado por apresentar uma geografia que possibilita um desenvolvimento potencial da agricultura e pecuária, sendo a sua maioria de áreas de chapadas costuradas por vales onde se encontram os recursos hídricos, solos profundos e facilmente mecanizados. A distribuição das terras não apresenta muitas contradições, podendo ser encontrados em sua maioria pequenas e médias propriedades, que produzem café, pimenta-do-reino, seringa, pastagens para bovinocultura, cana de açúcar, coco, frutíferas e lavouras anuais. (INCAPER, 2011, p.7-17) Pode-se dizer ainda que a maior parte dos produtos para abastecimento do município vem de fora dele. A economia do município gira em

torno do comércio dos produtos agrícolas, setor prestação de serviços, comércios varejistas e do trabalho da maioria das pessoas em fazendas e agroempresas.

FIGURA 01: MAPA DO MUNICÍPIO DE BOA ESPERANÇA E LOCALIZAÇÃO DA ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA DE ENSINO MÉDIO E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL.



Fonte: Google Maps

Os estudantes da EFABE adotam hoje a forma organizativa de associação de estudantes, nomeando-a de AECEFFABE – Associação dos Estudantes do Centro Família de Formação em Alternância de Boa Esperança, e através destas promovem diversas atividades em amplos assuntos que compreendem a vida estudantil como um todo, tanto o período da sessão como na estadia¹¹, sendo o

¹¹ A formação na Pedagogia da Alternância acontece, em geral, em dois espaços e tempos formativos os quais são denominados sessão – como o tempo e espaço em que os estudantes se encontram na escola e desenvolvem atividades com maior abrangência de estudo nas áreas do conhecimento e na experimentação agropecuária, e estadia – como o tempo e espaço em que os estudantes desenvolvem atividades junto a suas famílias e comunidade, que abrangem mais aspectos do trabalho, da vivência e do estudo.

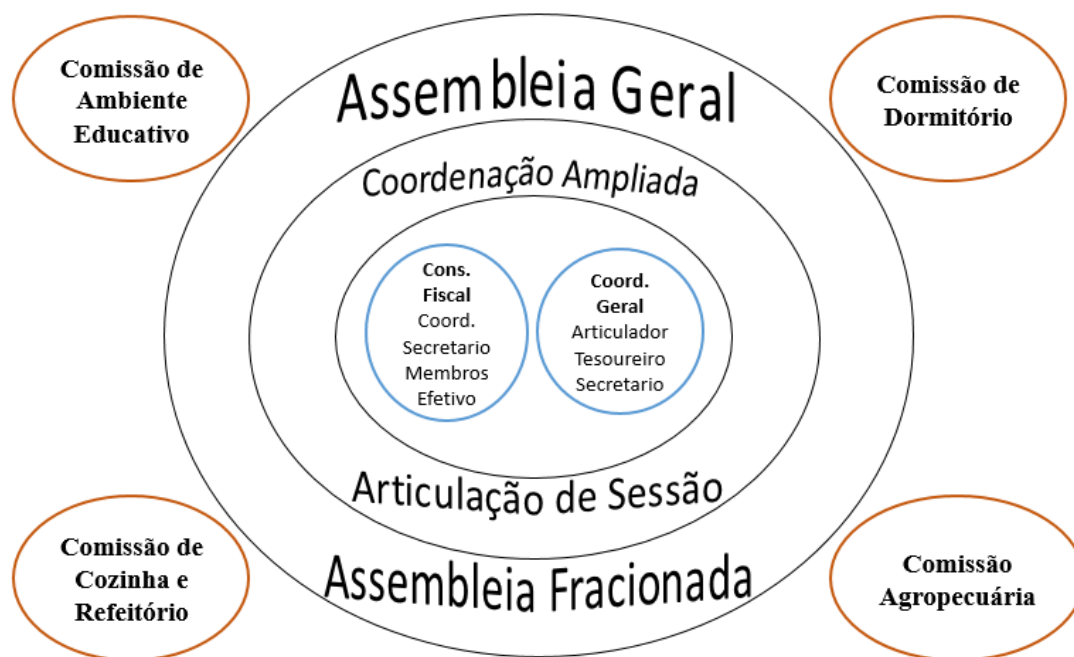
segundo com menos intensidade por ocasião do espaço ser mais condicionado pela família. Os assuntos tratados pela AECEFFABE vão desde as tarefas organizativas da associação, até o desenvolvimento de atividades de manutenção do ambiente escolar e das relações de vida de grupo, assim destacado em suas finalidades:

“Art. 3 – Suas finalidades

- a) Promover uma vida de grupo organizada e agradável no ambiente, sobretudo na sessão, incentivando a cooperação e solidariedade;
- b) Garantir a participação organizada dos estudantes na vida do CEFFA;
- c) Promover atividades culturais e esportivas com a participação comunitária para a preservação e divulgação cultural bem como angariar recursos financeiros para a sustentabilidade da AECEFFABE;
- d) Adquirir materiais didáticos e esportivos a preços facilitados ou gratuitamente;
- e) Participar do planejamento-organizado e sustentação financeira no programa de encerramento, passeios, viagens de estudo, etc.;
- f) Divulgar o sistema CEFFA e a AECEFFABE;
- g) Promover exercício da auto-organização da vida de grupo do CEFFA no convívio e relações de tarefas.” (Documentos internos da EFABE – Estatuto da AECEFFABE)

A estrutura AECEFFABE é representada pelo seguinte organograma:

FIGURA 02: ORGANOGRAMA ESTRUTURA DA AECEFFABE



Fonte: Documentos internos da EFABE – Estatuto da AECEFFABE.

O organograma apresenta as instâncias da organização. Da forma apresentada parece articular as instâncias, significando que cada uma possui função de menor ou maior abrangência e articulação, sem considerar a possibilidade de ausência de uma dessas. Na primeira órbita as comissões que são compostas pelos estudantes da escola, que possuem funções e tarefas na manutenção e articulação dos assuntos do cotidiano; na segunda órbita está a assembleia como soberana e instância maior de decisão (na parte superior a geral com todos estudantes da escola, e na parte inferior a fracionada com os estudantes em cada sessão); na terceira, a articulação de sessão na parte inferior, que corresponde aos articuladores de cada comissão, e na parte superior a coordenação ampliada que compreende os articuladores das duas sessões; na órbita os cargos diretivos, compostos por estudantes da 3ª e 4ª séries nas funções de comando¹², e pelos da 1ª e 2ª série no conselho fiscal). Esta estrutura possibilita uma dinamização da abrangência e das funções em cada instância.

O estatuto da AECEFFABE destaca a função de cada uma das instâncias destacadas acima, a saber:

¹² Segundo a colocação dos entrevistados, a 3ª e 4ª séries assumiam a função de coordenação assumindo a perspectiva da formação integral onde o ciclo de formação referente a estas séries exigiam o desenvolvimento de tais habilidades na função de liderança e coordenação.

- a) **“Assembleia Fracionada:** é constituída pelos estudantes de cada sessão;
- b) **Assembleia geral:** é constituída pelos estudantes das duas turmas de uma e de outra sessão juntas;
- c) **Articulação de sessão:** a coordenação de cada sessão é constituída pelos coordenadores das comissões, sendo que o 1º e 2º articulador sai da comissão de agropecuário e comissão de cozinha e refeitório respectivamente; o secretário do ambiente educativo e tesoureiro da comissão de dormitório;
- d) **Comissão ampliada:** a comissão ampliada é constituída pela comissão das duas sessões juntas, formando um grupo de 8 representantes.
- e) **Coordenação geral:** a coordenação geral terá dois articuladores, um tesoureiro e um secretário;
- 1) **Articuladores:** estes sairão da comissão agropecuária sendo que um será da sessão da 3ª e outro (a) da 4ª série;
 - 2) **Tesoureiro:** tem origem da comissão de dormitório da sessão da 3ª série;
 - 3) **Secretário:** origina da comissão de ambiente educativo da sessão da 4ª série.
- f) **Conselho fiscal:** o conselho fiscal constituído por 3 estudantes da 1ª série como suplentes e 3 da 2ª série como membros efetivos do conselho fiscal;
- g) **Comissões de serviço:** os estudantes da 1ª e 3ª séries são distribuídos nas comissões em sua sessão, assim como os estudantes da 2ª e 4ª série em sua sessão sendo que, os estudantes da 3ª e 4ª séries exercerão a função de liderança e entre esses cada comissão elegerá 1 coordenador(a) que apresenta melhores condições para esta função (habilidade de coordenação, liderança, responsabilidade, tolerância, diálogo e articulação) o (a) qual representará a comissão na equipe de articulação de sessão.” (Documentos internos da EFABE – estatuto da AECEFFABE)

A forma como as funções são distribuídas em cada instância, e a inserção dos estudantes em cada instância de acordo com o nível da formação, se torna pedagógico à medida que os estudantes do ciclo maior desenvolvem a habilidade de coordenação/direção, e o ciclo menor participa das decisões e das ações, e faz com que o desenvolvimento do cotidiano escolar se mostre como uma organização

democrática que garanta a participação de todos nas decisões e que cada parte se sinta responsável pelo todo. Cada comissão possui ainda a sua abrangência e função dentro da organicidade, como descrito seguir:

“Comissão de Dormitório:

- Sustentabilidade econômica das atividades, cotização, campanhas e gerencia dos recursos financeiros, organizar e controlar a caixinha do dinheiro. Os coordenadores das duas sessões se reunirão a cada dois meses para discutir a prestação de contas e o envolvimento da comissão nos outros setores.
- Promover momentos de integração, formação, entretenimento e lazer, nos serões da AECEFFABE estimulando a cultura e os valores, controle dos aparelhos eletrônicos e digitais e articular eventuais atividades com grupos externos;
- Manter vigilância quanto a higiene e limpeza dos dormitórios.
- Manter a organização e o controle dos rouparios;

Comissão de Cozinha e refeitório:

- Valorizar e resgatar as plantas medicinais, organizar o cardápio, conscientizar quanto a hábitos alimentares, orientar hábitos saudáveis quanto à higiene, fazer pequenos atendimentos na farmácia e manter a organização da mesma.
- Garantir o ambiente de bem estar e espírito coletivo, trabalhar os vícios.
- Também assume responsabilidades como abastecimento de alimentos, lixo doméstico, divisão das suas próprias tarefas, elaboração da lista de compra, bebedouros, controle de uso de água e energia, cozinha, dispensa, limpeza do refeitório garantindo que o funcionamento das refeições cumpra as finalidades educativas, e cuidando para que seja feito com boas maneiras o servir, a deglutição bem como no recolhimento das panelas, louças e talheres ao serem encaminhados para limpeza.
- Para que todas as atividades ocorram de maneira adequada fica registrado que é de suma importância que o bom funcionamento do Material de Limpeza seja uma atividade obrigatória, onde o coordenador logo na segunda feira fará uma vistoria geral para adequar a distribuição dos materiais de limpeza em seus devidos locais.
- Sistematizar e organizar a mística no CEFFA;
- Estabelecer boas maneiras de convívio com a cozinheira através do planejamento das atividades e reuniões específicas;

Comissão de Ambiente educativo:

- Cuida do paisagismo e jardinagem do pátio, lixo assim como manter a limpeza dos ambientes de estudo, salas, mesas, cabana, sala de pesquisa e biblioteca, sala de monitor, secretaria, mesas de estudo, ornamentações e sempre manter o mural informado.
- Garantir a funcionalidade dos horários como instrumento de disciplina e organização;
- Organização do transporte coletivo;
- Articular preparação e execução das avaliações de sessão;

Comissão de Agropecuário:

- Tem função de programar e executar as atividades de organização do galpão, cultivos, horta, e execução de experiências pedagógicas/agropecuárias e criações.
- Participação e integração no esporte; rodízio entre os estudantes e modalidade; aquisição de materiais de esporte e lazer, cuidados com os materiais e ambiente educativo, distribuição e recolhimento dos materiais esportivos. Os momentos de integração e esporte envolvendo a participação de todos em atividades comum ao coletivo ou diversificada.
- Articular os cuidados e uso dos instrumentos musicais e multimídia;
- Articulação do diagnóstico e encaminhamento das situações da vida de grupo, integrado com as outras comissões
- Garantir a articulação do calendário geral da associação;" (Documentos internos da EFABE – estatuto da AECEFFABE)

A participação dos estudantes tanto nas decisões, como na manutenção da escola é um aspecto importante. A rotina e o ritmo estabelecido na sessão escolar de participação e corresponsabilidade se tornam ferramentas de reunir escola e vida, que historicamente foi separado, e o condicionamento das formas de relações, da promoção do espírito coletivo de solidariedade permite que os estudantes visualizem novas formas de viver, contrapostas as formas capitalistas de produção e de relações sociais. É como se fosse um estágio de vivência de uma nova sociedade.

O funcionamento das atividades promovidas pela associação dos estudantes depende da articulação e ativação de cada uma destas instâncias de acordo com sua função, sendo que é primordial o bom desempenho das coordenações das comissões bem como a direção geral da organização. Os coordenadores das

comissões, como aponta o estatuto, tem função de planejamento e ativação das atividades perante os estudantes da 1ª e 2ª séries, assim como aponta o parágrafo único do Art. 12 do estatuto da AECEFFABE,

“§ Único – os estudantes da 3ª e 4ª série terão no início da sessão no primeiro horário de estudo, motivação teórica da disciplina de administração e farão diagnóstico no setor (acompanhado pelo monitor como assessoria) para elaborar a pauta/planejamento da reunião de cada comissão com a seguinte metodologia: Pauta, Orientação e recursos, Quando e Coordenação e integrantes.”
(Documentos internos da EFABE – Estatuto da AECEFFABE)

A motivação e acompanhamento das comissões, na assessoria às coordenações, pelo monitores¹³ deve garantir o protagonismo dos estudante no processo, em vista de sua plena formação, no qual se tornam sujeitos autônomos e agentes de promoção do processo formativo do qual participam. O próximo tópico trata das significações e implicações do processo de auto-organização vivenciado pelos egressos da escola, bem como alguns destaques atribuídos por eles e identificados na análise documental.

3.2 DESTAQUES DA PESQUISA: OS EIXOS MAIS RELEVANTES APRESENTADOS NOS DOCUMENTOS E FALAS DOS EGRESSOS

Para expor como os estudantes da EFABE se auto-organizam, primeiro é necessário que compreendamos alguns termos importantes adotados por eles no diálogo. Durante as entrevistas vários nomes foram atribuídos a escola: CEFFA¹⁴, MEPES¹⁵, Escola Agrícola e Escola Família. Todos estes representam a escola e são apenas nomenclaturas que as pessoas popularizaram nas regiões. Ao se retratarem sobre a convivência e cotidiano dos estudantes no coletivo, os egressos e documentos analisados chamam isso de “Auto-organização da vida de grupo”, dentro da AECEFFABE¹⁶ que é a organização dos estudantes.

¹³ Como são denominados os educadores dos CEFFA.

¹⁴ Centro Familiar de Formação em Alternância.

¹⁵ Movimento de Educação promocional do Espírito Santo.

¹⁶ Associação de Estudantes do Centro Familiar de Formação em Alternância de Boa Esperança.

No quadro apresento o perfil dos estudantes egressos (sujeitos) pesquisados na ocasião:

QUADRO 1: CARACTERIZAÇÃO DOS SUJEITOS DA PESQUISA

Egressos ¹⁷	Sexo	Idade	Cor autodeclarada	Percurso socioprofissional pós-conclusão do curso na EFABE
Margarida Alves	F	22 anos	Preta	Envolvimento em coordenação de bases no Movimento dos Pequenos Agricultores. Cursou Licenciatura em História. Atualmente Trabalha no Fórum do Município de São Mateus – ES
Verino Sossai	M	22 anos	Preto	Envolvimento no sistema de produção familiar, no Movimento quilombola da comunidade e região, Liderança religiosa católica, faz parte do conselho da escola quilombola e da Associação das famílias da Escola Família Agrícola do KM 41. Atualmente cursa Licenciatura em Educação do Campo na Universidade Federal do Espírito Santo - UFES.
Antônio Conselheiro	M	19 anos	Negro	Fez parte do Núcleo de estudos em restauração ecossistêmica durante a execução de um curso pós-técnico no Instituto Terra. Participa da Pastoral da Juventude Rural. Atualmente está tentando ingressar num curso superior.
Nelson Mandela	M	22 anos	Pardo	Realizou curso pós-técnico em restauração ecossistêmica pelo instituto Terra. Atualmente trabalha prestando consultoria agropecuária para agricultura familiar pelo Banco

¹⁷ Os nomes apresentados são fictícios para garantia de sigilo e ética aos sujeitos da pesquisa. São apresentados nomes de militantes lutadores da história.

				do Nordeste.
Anton Makarenko	M	24 anos	Pardo	Participa da Pastoral da juventude Rural. Desenvolveu curso pós-técnico em restauração ecossistêmica pelo Instituto Terra. Trabalhou na RACEFFAES – regional das associações dos Centros Familiares de Formação em Alternância do ES. Cursa Engenharia Ambiental pela Faculdade Multivix, onde desenvolve um projeto de iniciação científica voltado para agroecologia, e cursa Licenciatura em Educação do Campo pela UFES.

FONTE: Elaboração de Daiane Nepel Marins (2018).

Ao desenvolver da pesquisa percebemos através da análise dos documentos da escola e da entrevista com os egressos, 4 destaques principais, os quais vamos discutir como eixos da formação em auto-organização, e que para cada estudante é assimilado de forma particular, condicionado pelas necessidades formativas e contextos aos quais os estudantes estão inseridos. Os principais destaques foram a respeito do: *protagonismo, autonomia e espírito de liderança; engajamento e inserção no meio socioprofissional; concepção de trabalho adotada pela escola como elemento importante na formação; e convivência, coletividade e os valores de boas relações sociais*. Cada um destes pontos será discutido a seguir, partindo dos relatos apresentados na pesquisa e dos teóricos que contribuem na discussão.

De acordo com documentos da escola, no decorrer do tempo, a auto-organização dos estudantes adotou elementos diferenciados, sempre avançando para uma perspectiva de promoção do *protagonismo* e da *autonomia* dos estudantes. Desta forma visualiza-se extremos onde no princípio o monitor era quem direcionava todos os assuntos e atividades, e chegando a atualidade onde a interferência do monitor no processo de organização dos estudantes é apenas no sentido de assessoria dos coordenadores, no sentido de ajuda-los a desenvolver o seu protagonismo e autonomia nas decisões e ações.

Essa situação foi percebida através do estudo do documento de retrospectiva histórica da auto-organização da vida de grupo nos CEFFA, que traz um panorama geral de como a auto-organização dos estudantes foi sendo desenvolvida nos CEFFA. Este documento demonstra que até o ano de 1982, quando surgiram as primeiras experiências de estruturas organizativas em forma de cooperativa a finalidade maior era financeira e pouca interferência na vida de grupo, nos fatos do cotidiano. Em 1983 houve movimento de expansão e valorização da associação de estudantes enquanto estrutura de organização dos estudantes, e os estudos sobre auto-organização começaram a ser desenvolvidos no sentido de monitores e estudantes terem unidade na forma de orientação e direção da mesma. Mas, foi do ano 2000 em diante que a perspectiva da auto-organização dos estudante esteve mais centrada no desenvolvimento do *protagonismo* e da *autonomia* dos estudantes, sendo na ocasião propostas várias atividades de integração e intercâmbios entre CEFFA para efetivação do movimento de auto-organização, dentre estas atividades ocorreram os seminários regionais de auto-organização dos estudantes, com início em 2008 (Documento de retrospectiva história da auto-organização dos estudantes nos CEFFAs).

Hoje o que se espera é que o trabalho pedagógico do monitor no CEFFA seja orientado a partir dos princípios de formação que a escola almeja para seus jovens, assim como aponta o documento que trata sobre o Acompanhamento e Assessoria dos monitores ao cotidiano da sessão, o objetivo do monitor deve ser “garantir assessoria e apoio a auto-organização na vida de grupo baseado no *protagonismo* dos estudantes, através da AECEFFABE permitindo a integração dos parceiros”. Estas orientações ainda são complementadas,

No exercício desta função os monitores cuidarão constantemente para que seja garantido o protagonismo dos estudantes, se orientando sobretudo pelos estatutos e normas da AECEFFABE, os quais, devem estar de fácil acesso a cada monitor no esforço constante de codificar o seu conteúdo. O protagonismo é chave para o desenvolvimento da pessoa humana, entendido no sentido do ser promocional. (Documentos internos da EFABE)

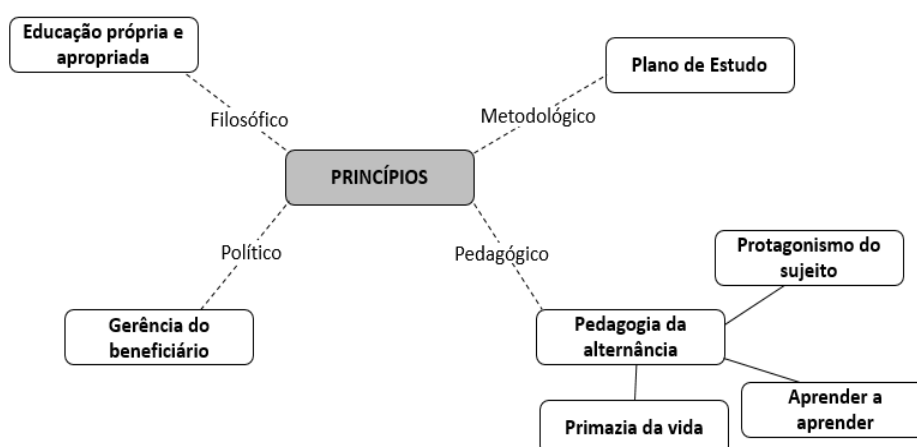
A promoção do *protagonismo* no espaço escolar proporciona o desenvolvimento da autonomia dos estudantes, assim como aponta alguns entrevistados:

“O que eu achava que era uma potência muito grande era a oportunidade que a gente tinha de nos auto-organizar. Que o diferencial da auto-organização daqui da escola que não é aquele sistema né, que o professor que manda, que é o professor que resolve. Então, assim, era um processo em que a gente tinha liberdade e autonomia pra resolver as coisas né, isso é uma potência muito grande, que não é porque eu falo e você obedece. Então era em comum, como que seria, como que era o melhor jeito de resolver as coisas. Essa questão de você ter liberdade de expressar, de resolver o seu problema, você que tinha que resolver o que você causou”. (Nelson Mandela)

“O que eu aprendi na escola que a gente está num ambiente, se a gente não se organizar, não dividir as coisas, de que lá não tem essa relação piramidal onde um pode mais que o outro, e você tem a sua própria autonomia de fazer as coisas, então eu entendo que ela te liberta, ela não te deixa preso. Você tem autonomia de discutir as coisas. A liberdade e a autonomia era um princípio”. (Margarida Alves)

O contrário do protagonismo seria o paternalismo, como aponta a equipe pedagógica do CEFFA do Bley – São Gabriel da Palha/ES na Revista da Formação por alternância, assim definindo “paternalismo, como ideologia, implica a atitude de quem dá sem promover, de quem mantém na constante dependência aqueles mesmos os quais ajuda”. Retrata ainda que a o protagonismo existe nos CEFFA desde sua origem, sendo um dos princípios pedagógicos junto aos princípios filosóficos, políticos e metodológicos (Revista de Formação por Alternância, Dez/2008, p. 32 - 33), como apresenta o organograma seguinte:

FIGURA 03: PRINCÍPIOS DOS CEFFA'S



Fonte: Revista da formação por alternância, 2008.

O desenvolvimento do *protagonismo e autonomia*, faz ainda surgir e/ou aumentar a capacidade de *liderança* nos espaços onde os estudantes estão inseridos, bem como aplicar os métodos e princípios desenvolvidos na formação em seus espaços de vivência, seja no ambiente da sessão escolar, seja no ambiente socioprofissional, assim como aponta o entrevistado,

[...] me ajudou também nos outros movimentos como aqui na associação das escolas, comunidade, como as do movimento religioso, ter o papel de liderança, como coordenar as comunidades, isso me ajudou bastante o processo de formação lá. [...] Me ajudou, principalmente nas escolhas depois do curso, onde eu optei a fazer o curso de Educação do Campo, principalmente voltado a minha região, voltado ao campo e ainda sim trabalhar com auto-organização, principalmente nas escolas, porque nas escolas hoje o sistema de auto-organização não existe, aqui nas escolinhas do campo, a escolinha quilombola, de uns dois anos pra cá que a gente vem tentando esse método de auto-organização, o mesmo método que a gente estudou lá na escola de Boa Esperança". (Verino Sossai)

"A liderança, o espírito de liderança, de tomar a frente, de ser referência de líder. A liderança porque eu aprendi isso na auto-organização, não a ser chefe né, a ser líder." (Nelson Mandela)

Em algumas falas foi possível observar como o processo de formação dentro do sistema de auto-organização dos estudantes envolve estes nas escolhas pós conclusão do curso, e na *inserção* destes nos meio em que vivem, do seu papel social. E especialmente na compreensão dos elementos e contradições do contexto, para a partir destes projetar suas vidas, seus projetos, suas perspectivas de atuação.

"Foi uma experiência muito boa. Talvez se eu não tivesse essa experiência, talvez a minha vida não seria essa, seria outra, eu poderia estar em outro campo, talvez eu poderia estar na cidade, ou talvez eu poderia estar estudando questão do agronegócio, poderia estar estudando engenharia em petróleo, engenharia em gás, ou engenharia em computação. E a minha experiência, hoje eu estou estudando uma coisa voltada para o campo, voltada para minha vida, voltada para minhas organizações sociais de minha origem, e estou focado na minha comunidade". (Verino Sossai)

"É o que eu acho mais bacana nesse processo, foi nesse momento que eu comecei a me dar conta da importância da participação de todo mundo, [...] e aí hoje eu não consigo mais continuar a caminhada sem estar dentro de algum processo que está ligado a

alguma causa digamos assim popular, então eu já não consigo viver mais fora disso. Então antes que eu não conseguia pensar, vivia numa luta de conceitos dentro de mim, hoje eu cheguei à conclusão de que eu não consigo mais me afastar dessa condição de estar, de fazer parte, de contribuir de alguma forma né. [...] me ajudou a entender meu papel social dentro da sociedade, e sobretudo de saber que além desse meu papel, se soma a papeis de outras pessoas, de respeitar esse espaço, de fazer parte desse espaço.” (Anton Makarenko)

A respeito disso os documentos da escola trazem uma frase de Paulo VI para expor como concebem o objetivo da formação,

Ajudar a cada um a ter plena consciência de sua própria dignidade, a desenvolver sua personalidade dentro da comunidade na qual vive e da qual é membro, a ser consciente de seus direitos e deveres, a ser livremente um elemento válido para o processo econômico, cívico e moral na sociedade; esta é a grande e primordial empresa [...]. (Documentos internos da EFABE)

As escolas precisam tomar partido do papel de formar sujeitos preocupados com a realidade, e com condições de analisá-la de forma crítica e intervir na mesma na perspectiva de sua melhoria. Cidadãos conscientes e responsáveis pela promoção dos espaços de vivência, de suas comunidades, bairros, regiões. Vieira Filho (201?) aponta para um modelo de auto-organização nessa perspectiva.

“Segundo esse modelo de auto-organização o estudante é capaz de compreender o mundo através de uma visão coletiva e crítica, podendo assim mentalizar qual deve ser sua postura em frente a realidade que está posta, e assim busque sua emancipação contínua para poder intervir na realidade”. (p. 03)

Freitas destaca a mesma perspectiva de formação a juventude.

“[...] a partir de uma concepção de educação comprometida com a construção de uma nova sociedade, formar uma juventude que pretenda lutar pelas transformações sociais que produzam uma sociedade com outras relações sociais, portanto não capitalista, e formá-los no sentido de que tal luta inclui a construção desta nova sociedade desde já, nos limites das restrições de nosso momento histórico”. (FREITAS, 2010, p. 09)

Ainda para Freitas (2010) um elemento importante na formação dos estudantes são as *relações* que se estabelecem no ambiente escolar, e que estas precisam ser condicionadas no sentido de promover uma formação crítica e consciente, no sentido da *formação humana*. O mesmo enfatiza que,

“O espaço escolar está cheio de vivências. De fato ‘a escola é uma relação’ (Shulgin, 1924). Aprendem-se relações de subordinação no processo de gestão escolar; aprendem-se relações de submissão na sala de aula; aprendem-se valores e atitudes nas variadas vivências oportunizadas pela escola – sem que se tenha que aprender português e matemática”. (p. 01 – 02)

Os estudantes se auto-organizam para diversas atividades, dentre elas para o *trabalho*. Como as outras atividades, esta também precisa estar em favor da *formação humana e crítica*, servindo como ponto de partida para o entendimento das contradições e injustiças existentes nas relações de trabalho atualmente, e ao mesmo tempo construindo novas bases e princípios. Além de envolver alternativa para as relações existentes, o *trabalho* constitui-se como elemento formativo para os sujeitos, partindo da ideia de que o aproxima dos elementos da natureza, cultiva relações sociais entre os integrantes da atividade, e é campo de manifestação e ao mesmo tempo de superação de vícios de conduta e de convivência social. Para Caldart et. al. (2013),

“A proposta está em construir as novas relações sociais contra-hegemônicas, ou seja, a partir de valores em que o ser humano passe a valer mais que a propriedade privada. Parte do desafio é superar desvios oriundos das formas capitalistas de organização do trabalho. [...] experimentar uma forma de organização da vida escolar que problematiza o jeito de existir e de se relacionar das pessoas. [...] pois a forma escolar possibilita que tais desafios aflorem e sejam assim trabalhados.” (p. 357)

Os egressos da escola também apontam o *trabalho como elemento importante na formação*, destacando-o como uma das potencialidades do sistema de auto-organização, na medida em que constrói relações de trabalho baseado na solidariedade, no companheirismo, no entendimento da função social do desempenho desta atividade.

“O jeito com que o trabalho é organizado na Escola Família não é o mesmo jeito com que é organizado na sociedade. Geralmente na sociedade tem uma pessoa que manda e você executa, não tem aquela conversa, aquele divisão de tarefas. Na Escola Família não, você divide as tarefas, faz, tem a ajuda um do outro, então eu acho que é diferente, bem diferente.” (Margarida Alves)

“[...] na época da escola a gente teve a experiência de sempre viver e compartilhar né, e aí tem uma coisa que é muito interessante que nessa vivência a gente não é explorado, a gente não faz por obrigação, a gente faz porque tem sentido, e aí todo mundo começa a ver as coisas dessa forma, mas se você dá mais um pouco de trabalho, de tempo naquilo que você está fazendo por exemplo nas atividades da escola, nas atividades de serviço da escola, você entendia aquilo como uma formação pessoal. Aí quando você sai pra essa outra vertente, depois que você sai da escola as pessoas passam a fazer aquilo com você mas numa questão de exploração do seu trabalho mesmo, da sua mão-de-obra. Meio que inverte o sentido das coisas.” (Anton Makarenko)

O momento em que os estudantes percebem o *sentido* das atividades que são desenvolvidas na auto-organização é aí que a formação plena começa. O simples vivenciar das práticas pedagógicas da escola e do sistema de auto-organização em si, não confere aos estudantes as potencialidades já destacadas se estes não conseguirem assimilar o objetivo do projeto, o sentido do nosso trabalho, a nossa perspectiva: os estudantes conseguirem perceber as contradições existentes nas relações capitalistas de produção e sociais é o ponto de partida, e visualizar uma nova relação, um novo jeito de conviver, de produzir, de trabalhar é o de chegada, e o que se treina diariamente na organização dos estudantes.

Um dos documentos da escola aponta que,

“As tarefas práticas tem funções de auto-organização e coordenação do 4º ciclo principalmente, praticar a solidariedade e ajuda mútua, vencer preconceitos e tabus da divisão do trabalho entre gênero; aprendizado tecnológico prático de novas tecnologias, além de servir como meio de contribuição do estudante e da família na manutenção do CEFFA como patrimônio comunitário. [...] existe um tempo de trabalho a ser cumprido e que nosso princípio deve ser da cooperação e da corresponsabilidade.” (Documentos internos da EFABE – Caderno de Normas da AECEFFABE)

Além das relações de produção capitalista, que precisam ser trabalhadas e superadas dentro do processo formativo nas escolas através de práticas que

cultivem princípios contrários aos estabelecidos, há ainda a necessidade de cuidar de outros elementos, como vícios, desvios e outros desafios que os estudantes trazem de suas vivências para o ambiente escolar. Caldart et. al (2013) destaca que é um desafio para os educadores perceber as relações de convivência, analisar suas experiências anteriores no meio socioprofissional e trabalhá-los a partir dos acordos estabelecidos pelo coletivo na intenção da superação dos desafios e da construção de um processo mais pleno de humanização. (p. 335 – 336). E coloca ainda que,

“[...] Em nossa forma pedagógica, a convivência não é uma contingência, mas um dos objetivos da escola, especialmente relacionando a formação das personalidades, tendo em vista a construção de novas relações sociais e humanas. [...] a convivência mexe com as relações de poder (expressas especialmente pelo ‘mando’ do patrão que existe em nós e pelo desejo de receber as coisas prontas), revela nossos preconceitos (racismo, machismo, entre outros), e desvela o nosso comportamento ideológico (oportunismo, personalismo, autossuficiência entre outros).” (p.337)

Uma das dificuldades apresentadas pelos egressos na auto-organização da vida de grupo, era o desafio inicial que os estudantes tinham de receber orientações dos próprios estudantes, elemento essencial para o protagonismo destes no processo organizativo e de democratização da auto-organização.

“As principais dificuldades era tanto respeitar um estudante na hora de receber orientações, porque um estudante de escola convencional está acostumado a receber ordens de professores e diretores, então você recebendo uma orientação de um estudante você tem uma dificuldade muito grande de aceitar.” (Antônio Conselheiro)

O jeito convencional com que se hierarquizam as relações, onde um é subordinado do outro, um deve prestar continência a outro, faz com que o processo de democratização das relações seja vista com estranheza no início, e mesmo depois de um tempo alguns estudantes ainda podem manter a resistência a dialogar e decidir situações com personagens da mesma categoria. O vício das relações patrão x empregado são muito fortes e leva tempo para desmanchá-las. Os estudantes esperam e respondem mais as orientações vindas dos professores, por conta deste vício.

Outro egresso coloca que o cotidiano da escola favorece a percepção dos desvios e promove a superação dos mesmos através da própria convivência, pois,

“[...] o ambiente do CEFFA não é um ambiente onde as pessoas vivem isoladas, isso por causa da dinâmica da própria escola né, da dinâmica que a escola funciona. É um ambiente coletivizado assim, desde o acordar ao dormir, então é um ambiente onde a gente estabelece parcerias entre a gente. [...] Então a gente minimamente tinha que ter uma estrutura que garantisse os direitos e deveres de nós estudantes naquela época, então a gente entendia que um estudante quando ele entrava na escola ele tinha que fazer parte de uma organicidade, não que fosse uma coisa assim obrigada a fazer, mas que pela necessidade, de ter muitas pessoas ali, a gente tinha que fazer parte de alguma coisa[...].” (Anton Makarenko)

Desta forma o entrevistado mostra que o processo de auto-organização passa a existir naturalmente a partir da necessidade que é própria de ambientes coletivizados. Ressalta a partir daí que o processo organizativo é uma consequência das relações que precisam se estabelecer no ambiente para garantia do bem comum do coletivo. O documento de normas da AECEFFABE, aponta que,

“A vida de grupo no CEFFA é uma grande oportunidade que temos para desenvolver nossos hábitos sociais, iniciados na família. Isso porque é um grupo mais amplo, com pessoas de distintas experiências de convivência em grupo, onde os diversos momentos são realizados de forma organizada e planejados com decisões tomadas em conjunto.” (Documento interno da EFABE – Normas de vida de grupo da AECEFFABE)

Assim, o documento citado acima enfatiza e dá destaque ao colocado pelo entrevistado. Deixar que os desafios de conduta se manifeste no cotidiano e trabalhar pela superação destes é fulcral, e orienta Caldart et. al. (2013), que “[...] não podemos esperar pela ausência de conflitos entre interesses pessoais e coletivos. Eles são inevitáveis. A questão é não fantasiar as relações e a boa vontade das pessoas [...] e ter objetivos formativos que orientem a ação coletiva diante dos conflitos em cada situação.” (p.337)

É possível perceber ainda o compromisso com a formação dos sujeitos assumida pela instituição e pelo sistema de auto-organização, sempre procurando

transformar os desafios em situações de aprendizado pessoal e coletivo, manifestando ainda a responsabilidade social com coletivo, assim como apontam os egressos:

“Mas lá acontecia o problema, a gente reunião o coordenador da comissão junto com os monitores e discutia, via os assuntos ou olhava as normas de vida de grupo se estava certo, o que era correto, se necessário envolvia a família, se não fosse necessário resolvia ali mesmo. O estudante tinha que fazer algumas coisas, as vezes tinha que pedir desculpa pro coletivo, ou as vezes também envolvia a família de ter que levar em casa e conversar, mas nunca o extremo de ter que sair da escola sendo expulso como as vezes nos outros lugares resolve.” (Margarida Alves)

“[...] quando eu entrei na escola eu lembro que era muito difícil assim porque eu me colocava diante de situações complicadas, que eu sempre fui muito bagunceiro, muito hiperativo assim na escola né, então eu sempre me coloquei em situações complicadas. Mas eu lembro que alguns fatos que eu acabei me envolvendo na escola que me fizeram pela primeira vez refletir, por exemplo foi meu primeiro contato com a palavra reflexão, foi na 5ª série, e eu me lembro que essa palavra eu não conhecia, e ai pra eu conhecer essa palavra eu demorei um pouquinho ainda pra mim assimilar, mas naquela época do meu ensino fundamental, apesar das minhas dificuldades eu comecei a formar uma consciência de pensamento sobre as coisas.” (Anton Makarenko)

O relevante é que cada egresso destacou a importância de sua inserção no sistema de auto-organização da EFABE, de forma particular, pois cada qual trouxe os sentidos atribuídos a sua formação desenvolvidos neste processo. Chegando a consideração de que as significações objetivas e subjetivas do processo de auto-organização na vida dos sujeitos são particulares a cada um, e correspondem a seus desejos e/ou necessidades formativas. A coletividade possibilita isso, que as diferenças se manifestem e sejam desenvolvidas com equidade. Enquanto um destaca como principal aprendizado a questão do protagonismo e autonomia, outros destacam a liderança e o engajamento social, o respeito, a convivência em coletivo e o planejamento e administração das atividades. Acredita-se isso ser algo importante, pois revela a apropriação do sistema as necessidades e aspirações dos sujeitos, tendo esta a condição de esclarecer e abrir caminhos para a tomada de consciência, o engajamento no meio socioprofissional e a emancipação dos sujeitos e de seus espaços.

Destacamos aqui ainda algumas falas dos entrevistados sobre a relevância da vivência na EFABE na sua formação:

“Eu sempre gostei de estudar, mas nem sempre eu tive autonomia. Quando eu estudei na escola convencional é tudo ‘você tem que fazer isso, isso e isso’. Então a partir do momento que eu comecei a estudar na escola família eu comecei a descobrir novas coisas, a partir dos estágios, eu fui descobrindo outras coisas. E eu mesma tinha autonomia pra fazer, pra sair, pra fazer as pesquisas, conversar com agricultor, não ficar dependendo de outra pessoa. Então eu aprendi a me organizar melhor. Me ajudou a me tornar mais autônoma.” (Margarida Alves)

“As pessoas me perguntam onde eu aprendi esse método. Eu respondi que foi através da escola família, porque eu estudei 8 anos na escola família. Nessa formação eu fui aprendendo, eu fui desenvolvendo, e estou desenvolvendo até hoje esse método de organização, esse método de coletivo.” (Verino Sossai)

“Um valor? O respeito. Às vezes você acha que respeito é só respeitar as pessoas. Às vezes você tem que respeitar um ambiente, respeitar uma estrutura, uma construção, respeitar uma planta, um animal, respeitar uma pessoas mais velha, mas também respeitar uma pessoas que é mais nova. Acho que o respeito foi uma coisa que eu mais adquiri nesse período.” (Antônio Conselheiro)

“[...] de acordo com a vivência, com o que foi aprendido aqui, eu estudei mais, eu corri atrás, eu conquistei mais. Hoje eu estou numa área que eu nunca esperava, que é estar na agricultura familiar, isso veio da escola família, veio da auto-organização, eu aprendi aqui, e não tinha muita perspectiva de transformar isso em prática lá fora e hoje eu trabalho nessa área.” (Nelson Mandela)

“Destaco talvez o que eu mais tenha aprendido na auto-organização: a coletividade. Eu era uma pessoa muito egoísta, talvez pelo fato de eu ser muito recanteado naquela época. Eu acho que entender a condição da coletividade foi muito importante pra mim né, foi um valor muito importante porque eu passei a me dar conta que a gente não está sozinho, que a gente depende de outras pessoas né, pra gente poder construir alguma coisa. Então eu destaco a coletividade como um dos valores que me cativou.

[...] Eu vejo as escolas família como exceções que contribuem para a formação das pessoas. De pessoas como pessoas, não como pessoas que vão sair com destino predeterminado pra fazer as coisas já pré-estabelecidas pela grande parte das escolas. [...] Porque se você chegar pra qualquer pessoa que teve experiência de estudar na escola família, eu acho que eles certamente iam dizer sobre essa condição do conhecimento que a escola contribuiu. Não era um conhecimento que a gente engaveta né, é uma condição de fato que a gente vai usar durante nossas vidas.” (Anton Makarenko)

Um elemento curioso e ao mesmo tempo salutar é a forma com que os estudantes egressos concebem os valores e aprendizados absorvidos através da auto-organização. Cada um sinalizou e deu destaque a elementos e questões diferenciadas, podendo partir da compreensão que cada qual em particular assimila aquilo que acredita ser necessário a sua promoção, e a de seus espaços de vivência numa abrangência maior, podendo ainda afirmar que ela então é própria e apropriada aos sujeitos, atendendo as suas respectivas necessidades e aspirações.

Entendemos a partir desta pesquisa que o conceito de Coletividade é um destaque relevante, por condicionar várias manifestações e situações que podem ser aproveitadas e convertidas em vista de uma formação plena, e que ao mesmo tempo precisa ser mais estudado a ponto de descobrir e aprimorar técnicas e formas de tomá-la como referência para processos formativos. Muitas das instituições de educação atualmente vivenciam situações desafiadoras em seus coletivos escolares, e não sabem como lidar com estas situações, nem tampouco construir um processo de reflexão das mesmas convertendo-as em lições para a formação. Referenciais teóricos estudados que tratam especificamente de processos formativos paralelos e similares ao pesquisado na ocasião, destacam a coletividade como ponto de partida para a formação. Sobre a coletividade,

“A sua mais alta missão é a preocupação com as pessoas, ajudando-as a ser parte do todo e assim, tornando-se uma educadora da personalidade. Implica aprendizado da arte de conviver com as diferenças, de perceber e superar as contradições, identificando verdadeiras e falsas, de resolver divisionismos (nós e eles) que não são eficazes, de cooperar com os demais sem perder de vista a sua identidade e, ao mesmo tempo, abrindo-se a reconstituição do seu modo de ser.” (CALDART et. al., 2013, p. 176)

Outro entendimento que precisa ser mais explanados são os fatores que exercem ou podem exercer influência sobre a formação dos sujeitos dentro do processo de auto-organização, sabendo que nem todos os estudantes ao saírem da escola manifestam características e opiniões similares aos dos entrevistados, e que nem todos os estudante conseguem concluir o curso por não se adaptarem ao processo organizativo, como aponta um dos estudantes,

“Me lembro que teve um estudante que era totalmente fora da realidade. Quando ele chegou aqui na auto-organização ele não se adaptou, ele causou muito tumulto, depois ele não conseguiu concluir

né, que teve que sair, então foi assim muita dor de cabeça, deu muito trabalho.” (Nelson Mandela)

Acredito que fica registrado, então, a necessidade e interesse pessoal na continuidade dos estudos sobre auto-organização, com destaques nas dimensões da coletividade, e nos fatores que tencionam e limitam o desenvolvimento de uma formação plena através do trabalho pedagógico na auto-organização dos estudantes.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisar como é desenvolvido o processo de auto-organização dos estudantes na EFABE e quais as implicações desta na formação humana e no engajamento socioprofissional pós-conclusão do curso foi o objetivo que se pretendeu alcançar nesta pesquisa. Acredita-se que este objetivo foi alcançado partindo da perspectiva de entendimento inicial, e que as discussões e destaques levantados durante a pesquisa, o horizonte fica mais distante, e questões ainda precisam ser melhor entendidas para compreender de fato as implicações do processo de auto-organização na vida dos estudantes, que é particular a cada um.

Questões como: Porque alguns estudantes não conseguem se inserir no processo de auto-organização, vindo a desistir do curso? Quais os fatores que influenciam o desenvolvimento do estudante na auto-organização? Qual papel da família e do ambiente da estadia nessa história? A auto-organização sendo própria para ambientes coletivizados pode ser desenvolvida em outras ocasiões, públicos e espaços? Acreditamos que estas questões pedem a continuação dos estudo e pesquisas neste campo.

Algo, de início desafiador, foi encontrar material de estudo para aprofundamento do tema, pois é uma questão relativamente nova no campo das pesquisa acadêmicas, todavia foi interessante perceber através dos estudos a diversidade de assuntos que abordam auto-organização, e que ela está presente contribuindo na dinâmica de diferentes e demasiados processos, na educação, na psicologia, na biologia, na astrologia, geografia, na administração e outras mais. Sempre com o mesmo princípio, de potencializar o funcionamento das coisas, a auto-organização é uma teoria aplicável em muitas situações.

Partindo de um pressuposto de que a vivência de um processo de auto-organização possui implicações consideráveis na vida de um sujeito, no que se refere a capacidade organizativa e engajamento socioprofissional, seria um caminho acertado se as escolas adotassem em seu trabalho pedagógico a auto-organização

dos estudantes enquanto princípio na formação, tendo como ponto de partida e de chegada a promoção dos sujeitos envolvidos no processo.

Durante esta pesquisa foi possível perceber que um dos elementos mais marcantes da vivência dos estudantes na escola foi o processo de auto-organização vivenciado, dando condições de acreditar que a própria escola é um processo de auto-organização. Quando dizem *“isso eu aprendi na Escola Família”*, entendo que afirma exatamente isso, desta forma ousaria dizer que o sistema de auto-organização dos estudantes é a chave do processo formativo assumido pela EFABE, e mais ainda, que é este que dá movimento e faz com que a Pedagogia da Alternância (princípio pedagógico da escola) se efetive e seja eficaz na formação destes sujeitos.

A emancipação dos sujeitos envolvidos num processo formativo deve ser elemento primordial e necessariamente cuidado pelos atores envolvidos na escola, podendo identificar nesta pesquisa uma perspectiva emancipatória ao tratar do sistema de auto-organização dos estudantes em seus documentos, destacando o protagonismo e promoção dos sujeitos como objetivo da formação, rumo a ser seguido por todos os envolvidos sejam professores, estudantes ou familiares. A promoção e o desenvolvimento do protagonismo dos sujeitos está ligado ainda a promoção dos espaços de vivência destes estudantes, em vista de um processo ampliado de humanização e desenvolvimento social, econômico e cultural, fazendo com que os envolvidos neste processo formativo se engajem em lutas e ações em vista disso. Desta forma acreditando que o engajamento socioprofissional destes se manifesta como uma das implicações da auto-organização dos estudantes.

5 REFERÊNCIAS

AECEFFABE. **Estatuto da AECEFFABE**. AECEFFABE, 2010.

AECEFFABE. **Normas da AECEFFABE**. AECEFFABE, 2010.

ALVES, Alda Judith. **O planejamento de pesquisas qualitativas em educação**. Cad. Pesq., São Paulo, maio de 1991.

ALVES, André Santos. **Entrevista concedida a Daiane Nepel Marins**. Pinheiros – ES, 09 jan. 2018.

ANDRÉ, Marli. **O que é um estudo de caso qualitativo em educação?**. Revista da FAEBA – Educação e contemporaneidade, Salvador, v.22, n. 40, jul/dez de 2013.

ARAÚJO. Felipe da Rocha. **Entrevista concedida à Daiane Nepel Marins**. Pinheiros – ES, 09 jan. 2018.

ARROYO, Miguel. **Que educação básica para os povos do campo?**. In. Educação básica de nível médio nas áreas de reforma agrária. Textos de estudo boletim de educação n. 11 – MST/ITERRA, Rio Grande do Sul, 2006.

BAHNIUK, Caroline. **Educação, trabalho e emancipação humana: Um estudo sobre as escolas itinerantes dos acampamentos do MST**. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis - SC, 2008.

BEGNAMI, João Batista. **Pedagogia da Alternância como sistema educativo**. Revista da Formação por Alternância: União das Escolas Família Agrícola do Brasil - UNEFAB, n. 3. p. 24-47, Brasília, 2006.

BOA ESPERANÇA. **Relatório do Encontro de formação das famílias da EFABE, maio de 2017**. EFABE, 2017.

BOA ESPERANÇA. **Relatório do encontro de formação dos monitores e monitoras dos CEFFA's**. RACEFFAES, 2017.

BOLEIZ, Flávio Júnior. **Pistrak e Makarenko: Pedagogia social e educação do trabalho**. São Paulo, Universidade de São Paulo – Faculdade de Educação, 2008.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. **Decreto nº 7.352 de 04 de novembro de 2010**. Dispõe sobre a política de Educação do Campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA. Diário oficial, Brasília, DF, 2010.

BRASIL. **Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e base da educação nacional. Diário Oficial, Brasília, DF, 1996.

BRASIL. **Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o estatuto da criança e do adolescente e dá outras providências. Diário Oficial, Brasília, DF, 1996.

CALDART, Roseli Salete et. al. **Escola em Movimento**. Instituto de Educação Josué de Castro, São Paulo, Expressão Popular, 2013.

CALDART, Roseli Salete. **Educação do Campo**. In: CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). Dicionário da Educação do Campo. Rio de Janeiro, São Paulo, Expressão Popular, 2012.

CALDART, Roseli Salete. **Sobre Educação do Campo**. In: SANTOS, Clarice Aparecida dos (Org.). Por uma Educação do Campo. Brasília, Nead especial, 2008.

CUTES, Mayara Rocha Guirra. **Entrevista concedida à Daiane Nepel Marins**. São Mateus – ES, 03 jan. 2018.

DANTAS, Paula Fernanda de Carvalho et. al. **Algumas considerações sobre: conhecimento e método científico**. VII Encontro Paulista de Pesquisa em Ensino de Química, Universidade Federal do ABC, São Paulo, 2013.

DEUS, Adélia Meireles de; CUNHA, Djanira do Espírito Santo Lopes; MACIEL, Emanoela Moreira. **Estudo de caso na pesquisa qualitativa em educação: uma metodologia**. s.l., s.d.

DUARTE, Clarice Seixas. **A constitucionalidade do direito à educação dos povos do campo**. In: SANTOS, Clarice Aparecida dos (Org.). Por uma Educação do Campo. Brasília, Nead especial, 2008.

EFABE. **Orientações para o acompanhamento e assessoria dos monitores no cotidiano da sessão**. EFABE, 2014.

EFABE. **Projeto político pedagógico da escola**. EFABE, 2016.

EFABE. **Regimento interno da escola**. EFABE, 2016.

EFABE. **Retrospectiva histórica da auto-organização dos estudantes no CEFFA**. EFABE, 2013.

EFABE. **Relatório do Encontro de formação de monitores e monitoras dos CEFFA**. EFABE, 2013.

EFABE. **Relatório do Encontro de formação das famílias da EFABE**. EFABE, 2013.

FELICIANO, Leandro dos Santos. **Entrevista concedida à Daiane Nepel Marins**. São Mateus – ES, 04 jan. 2018.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Os campos de pesquisa em Educação do Campo: espaço e território como categorias essenciais**. In: MOLINA, Mônica Castagna (Org.). Educação do Campo e pesquisa: questões para reflexão. S.l., 2006.

FERREIRA, Cléber Eduão. **Educação do Campo como afirmação do projeto emancipatório: Contribuições e contradições da pedagogia do MST.** Revista eletrônica de Culturas e educação n.6 v.2, s.l, 2012.

FERREIRA, Wanderson Alves. **Entrevista concedida a Daiane Nepel Marins.** Nova Venécia – ES, 12 jan. 2018.

FETZNER, Andréa Rosana. **Ciclos e democratização do conhecimento escolar.** In: CALDART, Roseli Salete (Org.). Caminhos para transformação da escola: reflexões desde práticas da licenciatura em Educação do Campo. 1ª ed., São Paulo, Expressão Popular, 2010.

FRASER, Márcia Tourinho Dantas; GONDIM, Sônia Maria Guedes. **Da fala do outro ao texto negociado: Discussões sobre a entrevista na pesquisa qualitativa.** Paidéia, 2004.

FREIRE, Paulo. **O homem novo e a mulher nova.** Disponível em < <https://www.recantodasletras.com.br/ensaios/4508073>> Acesso em 06 de mar. Às 11hs41min.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** 17ª ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

FREITAS, Luiz Carlos de. **A escola única do trabalho: explorando os caminhos de sua construção.** Cadernos do ITERRA nº 15, Veranópolis – RS, 2010.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação hominilateral.** In: CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). Dicionário da Educação do Campo. Rio de Janeiro, São Paulo, Expressão Popular, 2012.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de pesquisa.** Porto Alegre, Editora da UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2009

KNOPF, Silvana. **A auto-organização dos estudantes na escola itinerante Sementes do amanhã.** V Seminário nacional interdisciplinar em experiências educativas. s.l., 2015.

KOLLING, Edgar Jorge; NERY, Irmão; MOLINA, Mônica Castagna. **Por uma educação básica do campo.** Editora Universidade de Brasília, Brasília - DF, 1999.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli, E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas.** São Paulo, EPU, 1986.

MARINS, Alex Nepel. **A autogestão como instrumento pedagógico para a formação dos estudantes na Escola Família Agrícola de Vinhático – Montanha/ES.** Universidade federal do oeste do Paraná, Cascavel, 2014.

MELO, A. C. S.; PEDUZZI, L. O. Q. **Contribuições da epistemologia bachelardiana no estudo da história da óptica.** Ciência & Educação, Bauru, v. 13, n. 1, p. 99-126, 2007.

MÉSZAROS, István. **A educação para além do capital**. São Paulo, Boitempo, 2005.

MOLINA, Mônica Castagna. **A constitucionalidade e a justiciabilidade do direito a educação dos povos do campo**. In: SANTOS, Clarice Aparecida dos (Org.). Por uma Educação do Campo. Brasília, Nead especial, 2008.

NETO, Antônio Júlio de Menezes. **Formação de professores para a Educação do Campo: projetos sociais em disputa**. In: ANTUNES-ROCHA, Maria Isabel; MARTINS, Aracy Alves. **Educação do Campo: desafios para a formação de professores**. 2 ed., Belo Horizonte, Autêntica Editora, 2011.

NOSELA, Paolo. **Origens da Pedagogia da Alternância**. União Nacional das Escolas Família Agrícola do Brasil – UNEFAB, Brasília 2007.

OLIVEIRA, Cristiano Lessa de. **Um apanhado teórico-conceitual sobre a pesquisa qualitativa: tipos, técnicas e características**. Revista Travessias, ed. 04, s.l, s.d.

OLIVEIRA, Lia Maria Teixeira de; CAMPOS, Marília. **Educação básica do campo**. In: CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo, Expressão Popular, 2012.

PALUDO, Conceição. **Educação popular e educação (popular) do campo**. 2008.

PISTRAK, Moisey. **Fundamentos da escola do trabalho**. São Paulo, Expressão Popular, 2001.

RIBEIRO, Marlene. **Movimento camponês, trabalho e educação: liberdade autonomia e emancipação: princípios/fins da formação humana**. São Paulo, Expressão Popular, 2013

RIBEIRO, Marlene. **Pedagogia da Alternância na educação rural/do campo: projetos em disputa**. Educação e Pesquisa, São Paulo, v.34, n.1, p. 027-045, jan./abr. 2008.

ROCHA, Isabel Xavier de Oliveira. **A formação integral nos CEFFA**. in Revista da Formação por Alternância, União Nacional das Escolas Famílias Agrícolas do Brasil - UNEFAB, Brasília, 2006.

SANTOS, Janio Ribeiro dos. **Da educação rural à Educação do Campo: um enfoque sobre as classes multisseriadas**. IV Colóquio internacional "Educação e contemporaneidade", Laranjeiras – SE, 22 à 24 set. 2010.

SILVA, Eduardo J. L. da; DIAS, Adna Daiane de L.; SILVA, Dalvilene M. da; LIMA, Geane A. de; FERREIRA, Maria José de O.; SILVA, Rayane V. A. **Relato de experiências com educandos da educação escolar do campo**. In: SILVA, Eduardo J. L. da; SILVA, Nilvânia dos Santos; RODRIGUES, Ana Cláudia da S.; LIMA, Gabriel de Medeiros (Org.). **Educação do Campo: Relatos de experiências**. João Pessoa, Editora Universitária – Universidade Federal da Paraíba, 2013.

SILVA, Lidiane Rodrigues Capelo da; DAMACENO, Ana Daniella; MARTINS, Maria da Conceição Rodrigues; SOBRAL, Karine Martins; FARIAS, Isabela Maria Sabino de. **Pesquisa documental: alternativa investigativa na formação docente**. IX Congresso Nacional de Educação – EDUCERE, III Encontro Brasileiro de Psicopedagogia, PUCRR, 26 à 29 de outubro de 2009.

STAKE, R. E. **A arte da pesquisa de estudo de caso**. Thousand Oaks, Sage Publicações, 1995.

VERDÉRIO, Alex. **A materialidade da Educação do Campo e sua incidência nos processos formativos que a sustentam**: uma análise acerca do curso de pedagogia da terra na UNIOESTE. Cascavel – PR, Universidade Estadual do oeste do Paraná – UNIOESTE, 2011.

VIEIRA FILHO, Oswaldo Rocha. **Educar para a coletividade em tempos de crise do capitalismo: uma leitura a partir do pensamento de Pistrak**. UNEB – Universidade Estadual da Bahia, 201?.

TITTON, Mauro. **O princípio educativo do trabalho e o trabalho enquanto princípio educativo: ampliando os debates com os movimentos de luta social**. UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina, s.d.

6 APÊNDICES

APÊNDICE 01: ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

Tema: As implicações do processo de auto-organização dos estudantes no engajamento e tomada de consciência: uma análise a partir do relato de egressos da Escola Família Agrícola de Boa Esperança – ES

Nome: _____

Sexo: () Feminino () Masculino Idade: _____ Cor: _____

Ano de ingresso no curso na EFABE: _____

Ano de conclusão do curso na EFABE: _____

Reside onde? () Campo () Cidade

Caso residir no campo, possui propriedade de terra: () Sim () Não

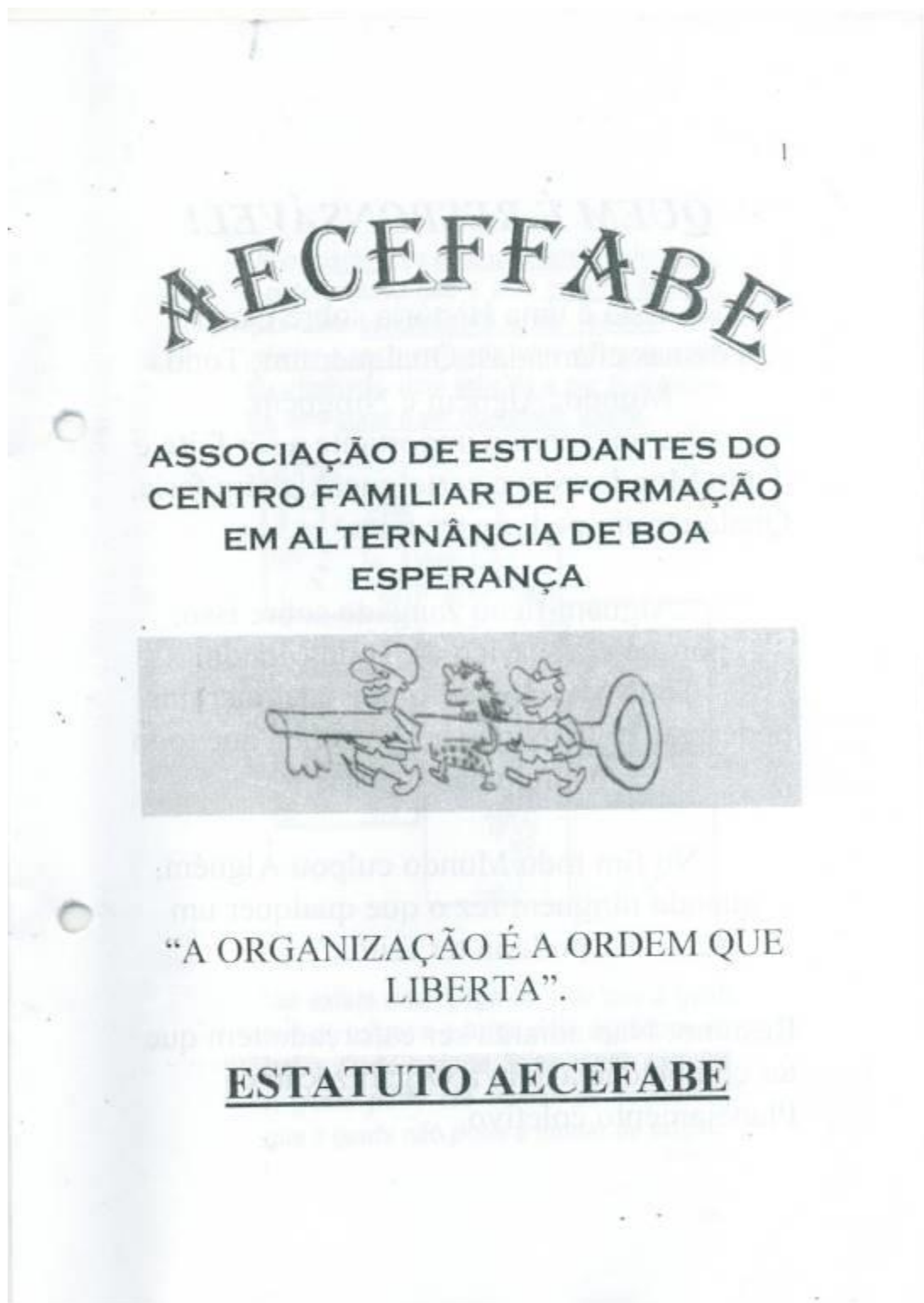
QUESTÕES SEMIESTRUTURADAS

1. Qual sua ocupação atual? Tem envolvimento com alguma organização ou movimento social? Se sim, de que forma?
2. Como foi sua participação na auto-organização dos estudantes?
3. Como os estudantes se inseriam no sistema de auto-organização?
4. Como era desenvolvida a auto-organização dos estudantes na EFABE durante o tempo em que desenvolveu o curso? Existia algum princípio ou teoria que norteava o processo?
5. Como você percebe a sua experiência na auto-organização dos estudantes na EFABE? Percebe mudanças no seu modo de pensar e agir no antes, durante e pós vivência na auto-organização?
6. Na sua opinião quais as potencialidades do sistema de auto-organização dos estudante durante o período vivenciado?
7. Quais desafios no sistema de auto-organização foram percebidos no período vivenciado na EFABE?

8. Sua vivência no sistema de auto-organização se desdobrou de alguma forma nas escolhas e caminhos que seguiu pós conclusão do curso na EFABE? Se sim, de que forma?
9. É possível destacar algum aprendizado ou valor desenvolvido através da auto-organização no seu engajamento socioprofissional?
10. Pra você, o que significa auto-organização?
11. Gostaria de dizer algo mais sobre a sua vivencia na auto-organização de estudantes que não foi contemplada nas perguntas?

7 ANEXOS

ANEXO 01: ESTATUTO DA AECEFFABE



QUEM É RESPONSÁVEL!

Esta é uma História sobre Quatro Pessoas chamadas: Qualquer um, Todo Mundo, Alguém e Ninguém.

Era um serviço importante a ser feito e Todo Mundo estava certo que Alguém faria. Qualquer um poderia ter feito.

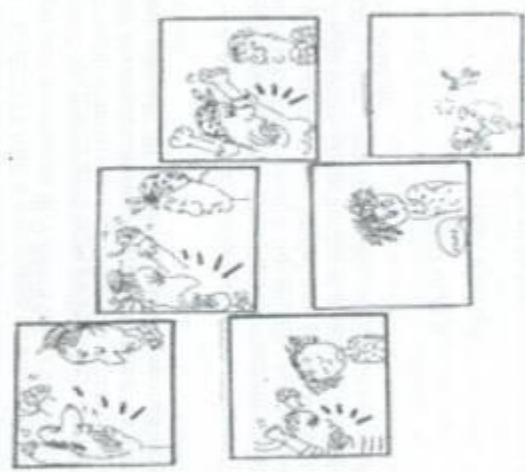
Alguém ficou zangado sobre isso: porque era serviço de Todo Mundo.

Todo Mundo pensa que qualquer um poderia fazê-lo. Ninguém percebeu que todo Mundo não o faria.

No fim todo Mundo culpou Alguém, quando ninguém fez o que qualquer um poderia ter feito.

Resumo: Não adianta ser esforçado tem que ter competência com a Organização e Planejamento coletivo.

"Num sistema de desigualdade e submissão a outra pessoa não é uma irmã ou amante, mas uma competidora a ser vencida, uma inferior a ser humilhada, uma diferente a ser discriminada, uma rebelde a ser domesticada, uma coisa a ser dominada, usada..."



"Se existe uma briga na vida que a gente tem de brigar é a briga pela dignidade coletiva. Cada pessoa briga numa esquina. A gente pode até mudar de esquina. O que a gente não pode é mudar de briga"

ESTATUTO DA AECEFFABE

ASSOCIAÇÃO DOS ESTUDANTES DO CENTRO FAMILIAR DE FORMAÇÃO EM ALTERNANCIA DE BOA ESPERANÇA

CAPITULO I DENOMINAÇÃO

ART.1 - A AECEFFABE é a empresa de auto-organização da vida de grupo dos estudantes do CEFFA de BOA ESPERANÇA e tem um caráter de representação e participação na vida do CEFFA. Terá duração indeterminada. Utilizará o ambiente e outros meios do CEFFA para promover suas atividades de acordo com os associados da AECEFFABE, equipes de monitores e associação das famílias.

ART.2 - A AECEFFABE criada em 11 de maio de 1996 com um sistema de organização baseada em representação das turmas, diretoria, assembleia geral e fracionada, e a partir de março de 2009, com uma nova estrutura baseada em comissões, coordenação geral, conselho fiscal e seguirá a partir de março de 2013 com uma reestruturação, conforme as orientações do presente estatuto.

CAPITULO II FINALIDADES

ART.3- Suas principais finalidades.

- Promover uma vida de grupo organizada e agradável no ambiente, sobretudo na sessão, incentivando a cooperação e a solidariedade;
- Garantir a participação organizada dos estudantes na vida do CEFFA;
- Promover atividades culturais e esportivas com a participação comunitária para a preservação e divulgação cultural bem como angariar recursos financeiros para a sustentabilidade da AECEFFABE;

- Adquirir materiais didáticos e esportivos a preços facilitados ou gratuitamente;
- Participar no planejamento-organizado e sustentação financeira no programa de encerramento, passeios, viagens de estudo etc.;
- Divulgar o sistema do CEFFA e a AECEFFABE.
- Promover o exercício da auto-organização da vida de grupo do CEFFA, no convívio e realização de tarefas
- Servir de laboratório para o exercício político de coordenação, cidadania e democracia participativa.

CAPITULO III

DIREITOS E DEVERES DOS SÓCIOS

ART.4- Todos os estudantes têm o direito e o dever de associar-se a AECEFFABE, receber os benefícios da mesma, participar, votar e ser votado.

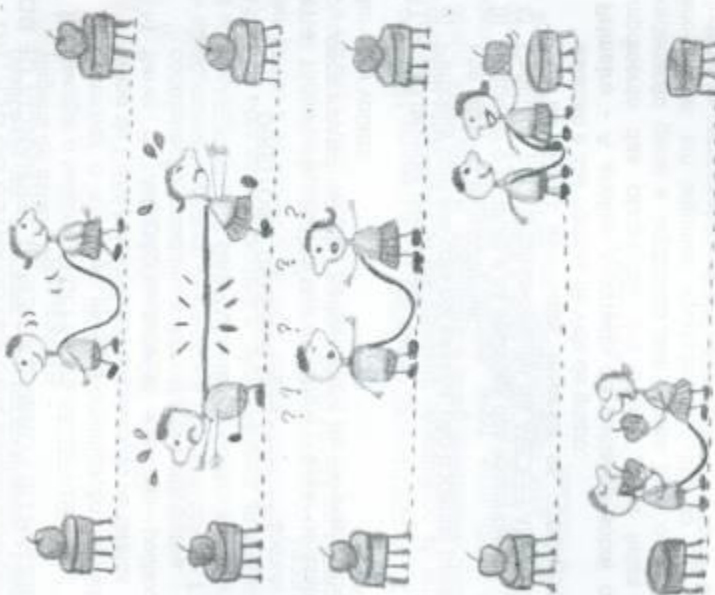
ART.5- São deveres dos sócios.

- Participar com sua cota por sessão, não podendo passar de três sessões sem contribuir;
- Respeitar o estatuto e as decisões das assembleias;
- Contribuir para o fortalecimento da AECEFFABE, cumprir com as tarefas assumidas, respeitar as orientações do estatuto e das normas de vida de grupo;

§ Primeiro - A análise e tomada de decisões sobre o não cumprimento das obrigações dos sócios serão feitas pela coordenação geral e implicarão em perdas para o sócio, de maneira que, em algumas atividades da vida do CEFFA, o estudante se responsabilizará individualmente;

§ Segundo - O estudante demitido será readmitido quando regularizar sua situação diante da associação por decisão da coordenação geral e se necessário da assembleia geral ou fracionada.

A COOLIBERDADE



CAPITULO IV

ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO

ART.6 - A AECEFFABE está estruturada pelos seguintes órgãos:

- Assembleia fracionada:** É constituída pelos estudantes de cada sessão;
- Assembleia geral:** É constituída pelos estudantes das duas turmas de uma e de outra sessão juntas;

7

- Articulação de Sessão:** A Coordenação de cada sessão é constituída pelos coordenadores das comissões: **Setor Agropecuário**, **Ambiente Educativo**, **Pensionato**, **Dormitório** sendo que o 1º e 2º articulador sai do setor agropecuário e setor de pensionato respectivamente; o secretário do ambiente educativo e tesoureiro da comissão de Dormitório; Estes coordenadores ou articuladores serão eleitos para o mandato de um ano;
 - Comissão Ampliada:** A comissão ampliada e constituída pela coordenação das duas sessões juntas, formando um grupo de 8 representantes.
 - Coordenação Geral:** A coordenação geral terá dois articuladores, um tesoureiro e um secretário, eleitos nas comissões para mandato do ano letivo
 - Articuladores:** Estes sairão da comissão agropecuária sendo que um será da comissão de sessão da 3ª e outro (a) da 4ª série;
 - Tesoureiro:** Tem origem da comissão de Dormitório da sessão da 3ª série;
 - Secretário:** Origina da comissão de Ambiente Educativo da sessão da 4ª série.
 - Conselho Fiscal:** O conselho fiscal constituído por 3 estudantes da 1ª série como suplentes e 3 da 2ª série como membros efetivos do conselho fiscal.
 - Comissões de Serviço:** Os estudantes da 1ª e 3ª séries são distribuídos nas comissões em sua sessão assim como os estudantes da 2ª e 4ª séries em sua sessão sendo que, os estudantes da 3ª e 4ª séries exercerão a função de liderança e entre esses cada comissão elegerá 1 coordenador(a) que apresenta melhores condições para esta função (Habilidade de coordenação, liderança, responsabilidade, tolerância, dialogo e articulação) o(a) qual representará a comissão na equipe de articulação na sessão.
- § Único – São atribuições específicas da coordenação geral: dirigir e representar o corpo dos estudantes associados podendo delegar poderes a outros membros da comissão ampliada. Os articuladores são responsáveis pela coordenação e convocação das reuniões da assembleia

ART. 12 – As Comissões de serviço se reunirão separadamente no início de cada sessão no horário de 11:20 às 12:00 para diagnóstico e planejamento, de 12:00 às 12:20 reunião com os estudantes da 1ª e 2ª série, com pauta de informe elaborada pelos coordenadores da 3ª ou 4ª série.

§ Único – Os estudantes da 3ª e 4ª série terão no início da sessão no primeiro horário de estudo motivação teórica da disciplina de administração e farão diagnóstico no setor (acompanhado pelo monitor como assessoria) para elaborar a pauta/planejamento da reunião de cada comissão com a seguinte metodologia: Pauta, Orientação e recursos, Quando e Coordenação e integrantes.

ART. 13 – As comissões trabalharão com as seguintes funções e planejamento:

a) Dormitório:

- Sustentabilidade econômica das atividades, cotização, campanhas e gerência dos recursos financeiros, organizar e controlar a caixa do dinheiro.
- Promover momentos de integração, formação, entretenimento e lazer nos serões da AEFEEFACE estimulando a cultura e os valores, controle dos aparelhos eletrônicos e digitais e articular eventuais atividades com grupos externos
- Manter vigilância quanto a higiene e limpeza dos dormitórios.
- Manter a organização e o controle dos rouparios

b) Cozinha e Refeitório:

- Valorizar e resgatar as plantas medicinais, organizar o cardápio, conscientizar quando a hábitos alimentares, orientar hábitos saudáveis quanto à higiene, fazer pequenos atendimentos na farmácia e manter a organização da mesma.
- Garantir o ambiente de bem estar e espírito coletivo, trabalhar os vícios.
- Também assume responsabilidades como abastecimento de alimentos, lixo doméstico, divisão das suas próprias tarefas, elaboração da lista de compra, bebedouros, controle de uso de água e energia, cozinha, dispensa, limpeza do refeitório garantindo que o funcionamento das refeições cumpra as finalidades educativas, e cuidando para que seja feito com boas maneiras o servir, a deglutição bem como no recolhimento das panelas, louças e talheres ao serem encaminhados para limpeza.

- Para que todas as atividades ocorram de maneira adequada fica registrado que é de suma importância que o bom funcionamento do Material de Limpeza seja uma atividade obrigatória, onde o coordenador logo na segunda feira fará uma visita geral para adequar a distribuição dos materiais de limpeza em seus devidos locais.

- Sistematizar e organizar a mística no CEFFA,
- Estabelecer boas maneiras de convívio com a cozinha através do planejamento das atividades e reuniões específicas;

c) Ambiente Educativo

- Cuida do paisagismo e jardinagem do pátio, lixo assim como manter a limpeza dos ambientes de estudo, salas, mesas, cabana, sala de pesquisa e biblioteca, sala de monitor, secretaria, mesas de estudo, ornamentações e sempre manter o mural informado.
- Garantir a funcionalidade dos horários como instrumento de disciplina e organização;
- Organização do transporte coletivo;
- Articular preparação e execução das avaliações de sessão;

d) Agropecuário

- Tem função de programar e executar as atividades de organização do galpão, cultivos, horta, e execução de experiências pedagógicas/ agropecuárias e criações.
- Participação e integração no esporte; rodízio entre os estudantes e modalidade; aquisição de materiais de esporte e lazer, cuidados com os materiais e ambiente educativo, distribuição e recolhimento dos materiais esportivos. Os momentos de integração e esporte envolvendo a participação de todos em atividades comuns ao coletivo ou diversificada.
- Articular os cuidados e controle do uso dos instrumentos musicais e multimídia;
- Articulação do diagnóstico e encaminhamento das situações da vida de grupo, integrado com as outras comissões
- Garantir a articulação do calendário geral da associação;

§ Primeiro – Cada comissão deverá cuidar do controle de uso de energia e água em seus ambientes; informar sobre o acontecimento de qualquer problema de funcionamento à comissão agropecuária.

§ Segundo – para facilitar o serviço de articulação das comissões envolvendo todos estudantes da 3ª e 4ª na função de coordenação, estes indicarão o coordenador geral ou representante da comissão com mandato anual, e os articuladores de subcoordenações de acordo com número de estudantes e da abrangência da comissão no rodízio por trimestre;

§ Terceiro – no final do segundo trimestre acontecerá o movimento de transição de coordenação entre a 4ª e 2ª série.

ART.14 – As comissões têm ainda a função de cuidar da aplicação das normas e tarefas da vida de grupo naquele setor bem como diagnosticar e encaminhar eventuais fatos que envolvem a sua abrangência com apoio dos monitores que assessoram.

ART.15 – Compete ao articulador da comissão de ambiente educativo cuidar do cumprimento dos horários da sessão e da organização do transporte coletivo.

ART.16 – Compete a articulação de sessão em suas reuniões semanais analisar e adequar a distribuição da 1ª e 2ª série nas comissões.

ART.17 – Para evitar inibição ou impedimento do protagonismo da função de coordenação por parte dos monitores, da função da 3ª e 4ª séries e destes em relação a 1ª e 2ª séries deve ser:

- a) No planejamento de atividades das comissões prever a distribuição da função de coordenação de acordo com o perfil da pessoa que exercerá.
- b) A função de assessoria dos monitores deve ter o cuidado para não passar por cima das devidas instâncias da estrutura orgânica da associação.
- c) As situações não previstas ou não planejadas que surgem no cotidiano espontaneamente devem ser submetidas a seguinte metodologia:

- 1) A qual setor a situação pertence?
- 2) Pessoas responsáveis do setor na ordem da estrutura que conduzirá o caso?
- 3) A qual monitor pertence a assessoria (diagnóstico, análise e encaminhamento).

- d) Casos excepcionais de ordem moral, forte agressividade ou falta de risco criminal deve ser encaminhado rapidamente para a equipe de monitores.

CAPÍTULO V

PATRIMÔNIO E MEIOS DE MANUTENÇÃO

ART.18 - O patrimônio e meios de manutenção da associação serão todos os bens adquiridos através de doações, festas, campanhas, cotas dos sócios, pequenos projetos, desde que não afetem os princípios da associação e do CEFFA e que sejam deliberados pelos órgãos competentes, da associação dos estudantes e do CEFFA.

ART.19- Os sócios da AECEFFABE serão responsáveis em reparar sobre os danos causados a associação e ao CEFFA.

§ Único: A cota dos sócios será determinada e reajustada pela assembleia geral unificada ou fracionada.

CAPÍTULO VI

DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

ART.20- A arrecadação e distribuição de recursos e benefícios da associação serão regulamentadas por um pequeno regimento, proposto pela direção da associação, aprovado pela assembleia geral unificada ou fracionada. Sabendo que após as arrecadações anuais, feito balancete, se processará da seguinte maneira: uma parte para a conta da associação e outra distribuída entre as turmas de acordo com a necessidade.

§ Primeiro: nenhuma arrecadação de fundos terá previamente finalidade específica definida, a não ser em casos de interesses do coletivo da AECEFFABE, porque as arrecadações irão para a conta única da associação.

§ Segundo: A concessão de atividades específicas por turma ou grupo de estudantes será feita pela assembleia geral unificada ou fracionada, de acordo com os princípios do CEFFA, ou seja, passará por um processo em que seja respeitada a hierarquia do funcionamento do CEFFA.

ART.21- No início de cada ano, a diretoria dos estudantes junto com os monitores acompanhantes da associação definirão a pauta

de atividades da AEFEFABE para o planejamento pelas comissões, bem como o nível de envolvimento nos aspectos da vida do CEFFA.

§ Único: As atividades planejadas e realizadas pela AEFEFABE deverão estar em acordo com os princípios do CEFFA e sempre que necessário, serão submetidas a análise de orientação da equipe de monitores e da diretoria da APEFABE.

ART.22 - Em determinadas tomadas de decisões de interesse da associação de estudantes precisam-se levar em conta as demais instâncias do CEFFA (Equipe de monitores e APEFABE) nas suas funções de hierarquia para que seja refletida e consensuada respeitando as normas regimentares, estatutárias e legais, bem como os objetivos e princípios do CEFFA.

ART.23 - Em caso de extinção, os bens da associação reverterão em favor da APEFABE.

ART.24 Os casos omissos ou duvidosos nesse estatuto serão resolvidos pela assembleia geral ou fracionada.

ART.25 - Este estatuto foi discutido e aprovado na assembleia geral unificada do dia 26 de abril de 2013 e entra em vigor a partir dessa data.

Metodologia libertadora:



- ✓ Um caminho onde as pessoas tomam uma postura respeitosa participando e colaborando.
- ✓ Um caminho cujo ponto de partida é a convicção que toda pessoa é capaz e que a emancipação começa por quem

se dispõe a um processo de transformação pessoal e social.

- ✓ Um caminho cujo ponto de chegada é Auto- Estima das pessoas, a União de esforços, a tomada de consciência. A organização e a luta Para conquistar direitos, combater a exploração e reconstruir a vida Fraterna, sempre.

CALENDÁRIO AEFEFABE

Atividade	Período ou data de realização
Assembleia Geral	Início do 1º semestre e final do 2º semestre
Assembleia Fracionada	Uma a cada semestre
Reunião de articulação da sessão	2º e/ou 3º dia de cada sessão
Reunião da Comissão Ampliada	1ª no início, 2ª no meio e 3ª no final do ano
Reunião dos membros da comissão ampliada com monitores	Início de cada trimestre
Reunião do conselho fiscal	Final de cada semestre
Reunião da coordenação geral	Antes das comissões ampliadas e assembleias gerais
Reunião das comissões para planejamento	Início de cada sessão (primeiro dia) às 11:40 - 12:20hs e serão
Reunião da coordenação geral de dormitórios das duas sessões	Início de cada trimestre
Transição da coordenação entre 4ª e 2ª séries	Final do 2º trimestre
Reunião para definir pauta de planejamento do ano	Equipe de monitores e diretoria (início do ano)



ANEXO 02: NORMAS DA AECEFFABE

AECEFFABE

ASSOCIAÇÃO DE ESTUDANTES DO
CENTRO FAMILIAR DE FORMAÇÃO EM
ALTERNANCIA DE BOA ESPERANÇA



"A ORGANIZAÇÃO É A ORDEM QUE LIBERTA".

NORMAS AECEFFABE

ACEFFABE – ASSOCIAÇÃO DE ESTUDANTES DO CENTRO FAMILIAR DE FORMAÇÃO EM ALTERNÂNCIA DE BOA ESPERANÇA

A Escola Família Agrícola de Boa Esperança é considerada um Centro Familiar de Formação em Alternância, em vista da integração a nível nacional de Pedagogia da Alternância. É orientado pelos princípios de participação, cooperação e solidariedade, em busca de uma formação contextualizada, apropriada aos estudantes. Como toda instituição educativa, somos orientados pelo que rege a Constituição Nacional, as leis estaduais e as demais que se referem à Educação como um todo.

Para organizar o nosso dia-a-dia no ambiente educativo do CEFFA é que a Associação dos Estudantes sistematizou as Normas de Vida de Grupo, de forma a permitir a participação e, consequentemente garantir um ambiente organizado e acolhedor nos momentos da sessão escolar. A vida de grupo no CEFFA é uma grande oportunidade que temos para desenvolver os nossos hábitos sociais, iniciados na família, isso porque é um grupo mais amplo com pessoas de distintas experiências de convivência em grupo, onde os diversos momentos são realizados de forma organizada e planejados, com decisões tomadas em conjunto e para o bem comum.



1

Dai decorre a necessidade do grupo como um todo, resolver sobre o modo como irão conviver e fazer as diversas atividades. Neste caso específico, vamos definir sobre as normas de convivência do grupo nos diversos momentos e ambientes da sessão.

Refeições, Refeitório e Cozinha

Os momentos de refeições exigem cuidados de cada pessoa para que estes sejam motivo de promoção do bem estar físico e psicológico.

A função de coordenar os momentos de refeições primeiramente está na coordenação das mesas, que pode ser tanto da 1ª ou 2ª quanto da 3ª e 4ª séries que apresentem características para a função. O diálogo entre os membros de cada mesa deve acontecer com um tom de voz que garanta um ambiente tranquilo; já entre as mesas o diálogo poderá acontecer em caso de extrema necessidade com permissão do coordenador, levantando de onde está para onde a outra pessoa está. A vigilância geral do setor, os casos de informe, avisos e místicas deverão ser canalizados pela coordenação da comissão de refeitório e cozinha.



Os momentos de mística deverão valorizar a cultura e as mensagens das crenças e lutas do povo auxiliado pelo calendário geral de místicas do CEFFA. Os casos de mística com enfoque religioso deverão respeitar o princípio do ecumenismo com finalidade pedagógica. Todos os momentos de mística devem ser orientados e planejados pela comissão de

2

Cozinha e refeitório, mesmo que a mística seja realizada em outros espaços, principalmente na cabana.

- ✓ A composição das mesas do refeitório será organizada por sessão pela comissão de Cozinha e Refeitório, observando o rodízio que acontece semanalmente por sorteio e/ ou outras formas que garantam o convívio e integração entre os estudantes no coletivo. Nos lanches da manhã do primeiro dia de cada sessão pode ser espontaneamente, porém para o almoço a comissão já deverá dispor a composição e o coordenador de cada mesa que deve estar exposto no mural do corredor do refeitório. As refeições e lanches serão servidos no sistema de rodízio por mesa que estará orientado em cartaz no mural do refeitório e quando a última pessoa de cada mesa iniciar o seu servir a próxima mesa se aproxima para o servir.

O Cio da Terra
Composição: Chico Buarque / Milton Nascimento

Debulhar o trigo
Recolher cada bago do trigo
Forjar no trigo o milagre do pão
E se fartar de pão

Decepar a cana
Recolher a garapa da cana
Roubar da cana a doçura do mel
Se lambuzar de mel

Atagar a terra
Conhecer os desejos da terra
Cio da terra, a propícia estação
E fecundar o chão

- ✓ A coordenação de mesa terá a função de cuidar da orientação do diálogo, seu conteúdo, postura na mesa, recolhimento das sobras, momento do servir, zelo com moveis e utensílios etc.
- ✓ O acesso à cozinha se restringe apenas à garçons, cozinheiras e coordenação do Setor. Os garçons ao colocar o servir usarão toucas, bem como orientarão a quantidade a ser servida e orientarão atitudes oportunistas.
- ✓ Na hora da "repetição das refeições" deve-se observar o ritmo das mesas para que o funcionamento do servir continue acontecendo normalmente.

3

- ✓ Quanto aos horários de refeitório segue-se assim:

- 06h10min à 06h30min - Café da manhã

- 09h00 à 09h20min - Lanche da manhã

- 12h20 à 13h40min - Almoço

- 15h40 à 16h00 - Lanche da tarde

- 19h00min – Jantar

- ✓ Ninguém poderá chegar atrasado para as refeições, nem se alimentar fora de sua mesa. Caso haja o atraso na chegada ao refeitório ficará na responsabilidade da coordenação do ambiente de refeitório encaminhar no sentido de que o estudante aguarde o final do servir de todos para fazer o seu, agindo de acordo com as orientações da observação abaixo.
- ✓ Mesmo que o estudante não esteja disposto a se alimentar deverá comparecer no refeitório em seus devidos horários para as comunicações coletivas e demais orientações.
- ✓ Não é permitido se alimentar fora do refeitório, inclusive os garçons.

OBS: Quando não acontecer o cumprimento dessas orientações acima citadas, as coordenações de cada instância irá até a pessoa para avisá-la da necessidade de aconselhamentos que poderá ser feito, instantaneamente ou após aquele momento fora do refeitório. Havendo rejeição da orientação em outro ambiente e momento será encaminhado para a instância de articulação geral ou monitores. Utilizar sempre as normas para o diálogo e aconselhamento com a seguinte metodologia: leitura feita por quem cometeu o ato e interpretação pelas instâncias de coordenações e encaminhamentos em consenso.

DORMITÓRIOS E BANHEIROS

Devemos ter o dormitório como um lugar de descanso, onde se deve respeitar a individualidade, a privacidade. Os estudantes deverão se comportar de maneira a não falar alto, não prejudicar o descanso dos colegas, respeitando a integridade moral e física dos colegas, bem como os bens materiais pessoais e coletivos.

4

Precisa ser compreendido por todos os estudantes que o descanso do corpo e da mente é indispensável para que cada um possa aproveitar bem as atividades de estudo, sendo que este é o principal objetivo de todos no CEFFA.



Horários:

De se recolher no dormitório: 21:00h

De silêncio: 21:30h

De acordar: 06:00h

- ✓ Ao acordar todos devem arrumar as camas e seus materiais pessoais.
- ✓ Todos devem cuidar bem de seus objetos pessoais, sobretudo aqueles que representam maior valor de uso ou financeiro, incluindo dinheiro, os quais por opção da pessoa pode ser guardado na caixinha controlada pela comissão de Dormitório, assessorada pelo setor de finanças do CEFFA.
- Obs.: Trazer para a sessão somente o que for de extrema necessidade, e que for permitido o uso de acordo com as normas.
- ✓ Para maior segurança e controle deve-se evitar o uso de material alheio, a não ser em caso de combinação com o mesmo.
- ✓ Todos devem se preocupar em desocupar o ambiente de dormitório e banheiro, bem como a organização dos materiais pessoais para não atrapalhar a realização da limpeza do ambiente. Da mesma forma evitar o esquecimento de materiais

5

de estudo e outros no dormitório nos momentos que estes devem estar fechados.

- ✓ Cada coordenador de dormitório deve observar e cobrar a arrumação e a higiene da casa. Nessa função os estudantes cuidarão também para que as relações de convívio e trabalho não permitam afetar física e moralmente um ao outro, não sendo aceito nenhum tipo de discriminação ou injustiça nem tampouco abuso de força (como autoritarismo).
- ✓ As portas e janelas permanecerão fechadas no horário do banho ou quando for trocar roupa.
- ✓ Todos os estudantes deverão cuidar do controle do lixo do dormitório e banheiro para evitar falta de higiene e entupimento dos sanitários e ralos do banheiro, de maneira que todo o lixo seja recolhido nas lixeiras.
- ✓ Em dias de chuva evitar entrar na casinha com chinelo, após o banho secar o corpo e os pés evitando molhar o chão do dormitório, e os últimos a tomarem banho secar o banheiro.
- ✓ O uso do roupario para organizar as roupas de cama será opcional. Quanto ao guardar outros objetos, será combinado com o coordenador da comissão de dormitório e monitores que acompanham. Obs.: o roupario funcionará da seguinte forma: a comissão de dormitório indicará um coordenador que abrirá o roupario no primeiro dia da sessão no intervalo do almoço e no último dia da sessão no horário de faxina.
- ✓ Os estudantes não deverão entrar em dormitórios que não seja o seu e a responsabilidade deste controle cabe a coordenação do dormitório. O não cumprimento desta orientação poderá acarretar encaminhamentos feitos pela coordenação do dormitório e monitores que fazem assessoria;
- ✓ Ninguém poderá chegar atrasado para o horário de pernoite no dormitório, nem prejudicar o cumprimento do horário de silêncio. Sendo que quando evidenciado a ocorrência de algum desses fatos terá encaminhamento no 1º horário do dia seguinte pela coordenação de dormitório, monitores que fazem assessoria e acompanhamento do pernoite;
- ✓ Todos os estudantes devem colaborar com as orientações do dormitório em geral e das reuniões, no qual o desinteresse e outras dificuldades dos estudantes serão considerados

6

indisciplinas, merecendo sentença e ou punição. **OBS:** As reuniões de dormitório seguirão a pauta e metodologia organizada pela comissão do setor.

- ✓ O ritmo de fechar o dormitório obedecerá aos seguintes horários:

7:00hs – 12:40hs: fechado para estudo, lanche e almoço

13:35hs – 15:50hs: fechado para estudo e lanche

16:00hs – 18:00hs: fechado para tarefas práticas e integração e esporte;

19:00hs – 19:50hs: fechado para jantar e tarefas

20:00hs – 21:00hs: fechados para o serão

- ✓ Em situações de uso do dormitório fora do horário se procederá da seguinte forma: caso de necessidade pessoal que será controlada pelo coordenador de dormitório assessorado pelo acompanhante do cotidiano.

AMBIENTE E MOMENTOS DE ESTUDO



- ✓ Nos momentos de estudo seja em ambientes internos ou externos o estudante deve demonstrar seu interesse em participar, perguntando, anotando, se dispondo a realizar as tarefas, conservar os móveis e arrumação do ambiente de estudo; evitar as saídas durante os momentos de estudos; sair um de cada vez em caso de necessidades. Refletir sobre as opiniões dos colegas e evitar conversas paralelas bem como

7

estar atento aos horários de estudos; a coordenação de turma acionará a turma com cinco (05) minutos de antecedência para o regresso intervalos.

- ✓ A auto-organização de cada turma será realizada por trimestre observando o rodízio das funções: coordenação (deslocamento e aproveitamento dos tempos de estudo, cumprimento dos horários, rodízio das mesas, participação e disciplina, acompanhamento das atividades vivenciais, fechamento das janelas e controle de energia), ornamentação e organização (contextualizar com os temas do momento, retirar a ornamentação no final da semana, organização do ambiente, móveis e recursos didáticos, uso da lixeira) e mística e animação (contextualizar com os temas do momento, mesclar mística e animação).

- ✓ As atividades escolares da estadia por serem letivas deverão ser cumpridas integralmente evitando comprometer o bom desempenho escolar do estudante, merecendo encaminhamentos específicos com o acompanhante de turma e familiares quando observado o não cumprimento quantitativo e qualitativo da mesma.

- ✓ Nos trabalhos em grupo se organizar em forma de círculo e permanecer no local até o término do horário. Eleger o coordenador e o secretário no caso de representação do grupo ou estruturar conforme o grupo de projetos das áreas, para que todos possam fazer uso da palavra e participar das discussões e conclusões.

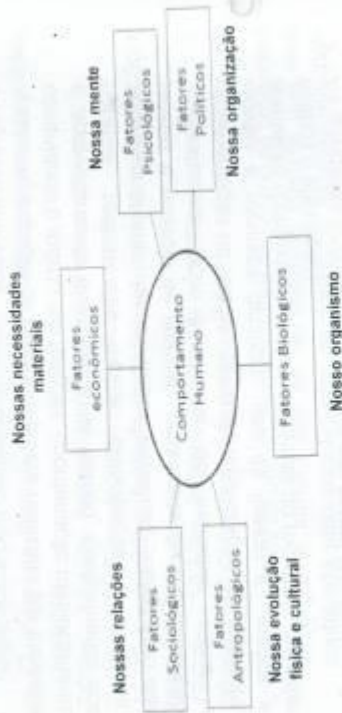
Obs.: a comissão de ambiente educativo deve criar um mapa de utilização do espaço por cada turma nos ambientes disponíveis para estudo, conforme as condições de tempo (com ou sem chuva).

SERÕES DA ACEFFABE, MOMENTOS LIVRES E INTERVALOS.

Os momentos livres e intervalos são importantes do ponto de vista da integração dos estudantes e da experiência de convívio maior do que na família, portanto precisa estar organizado em função de atender a esse fim. Nesses momentos também é importante que

8

descasemos o nosso corpo para revitalizarmos as nossas energias para as atividades posteriores.



- ✓ Os seres da AECEFFABE são importantes para o fortalecimento da vida de grupo – nosso espaço na gerência do CEFFA, por este motivo, todos os estudantes devem se empenhar e aproveitar ao máximo este momento, contribuindo e apoiando a comissão de dormitório na execução dos mesmos. Os estudantes deverão procurar diversificar o relacionamento durante as sessões não sendo impedido as oportunidades de relações de maior afinidade.
- ✓ Evitar brincadeiras que prejudique o relacionamento, que discrimine ou afete a individualidade dos colegas.
- ✓ Cumprir os horários e normas dos esportes orientados e de outras atividades culturais recreativas.
- ✓ Jamais usar a agressividade nos esportes e em outros momentos.
- ✓ Nunca devemos esquecer que a sessão é um momento dentro da instituição de ensino e como tal precisamos ter o cuidado quanto a qualidade da cultura musical, moral na linguagem e vestuário;

AS TAREFAS PRÁTICAS

As tarefas práticas têm funções de auto-organização e coordenação do 4º ciclo principalmente, praticar a solidariedade e

ajuda mútua, vencer preconceitos e tabus da divisão do trabalho entre gênero; aprendizado tecnológico prático de novas tecnologias, além de servir como meio de contribuição do estudante e da família na manutenção do CEFFA como patrimônio comunitário. A divisão das tarefas deve ser entendida como uma forma de facilitar e organizar o desenvolvimento das atividades. Que nem todas as tarefas esgotem no tempo destinado ou seja as tarefas terminam com o vencimento do horário que é de 16:00 às 17:00. Com isso, a execução de todas as tarefas e trabalhos é serviço de todos. Que existe um tempo de trabalho a ser cumprido e que o nosso princípio deve ser da cooperação e corresponsabilidade. Por isso, os que terminam as tarefas antes do término do horário devem se prontificar ou se dispor quando solicitados a executar outra que ainda não foi concluída.

- ✓ Toda segunda-feira existe o planejamento das atividades da semana em cada setor.



- ✓ A coordenação terá responsabilidade de motivar e dar exemplo para os outros estudantes.
- ✓ O estudante que estiver doente deverá comunicar ao monitor responsável e coordenador de setor.
- ✓ Os estudantes que sofrem de alergia e que a equipe já tenha conhecimento serão deslocados para atividades que possam realizar.
- ✓ Todos devem fazer as atividades em que lhe foi destinada no setor no ritmo que lhe é possível, sem explorar os colegas.
- ✓ A divisão dos setores da atividade prática deve ocorrer por meios que possibilitem a integração e o rodízio dos estudantes. Em casos de impedimentos de realização das tarefas por chuva o

momento será aproveitado com estudos, tendo a possibilidade de reorganizar outro tempo para esta atividade.

- ✓ O estudante que sair antes do término da sessão deverá organizar outro para fazer tarefa em seu lugar.

Obs.: Os estudantes que estão necessitando de repouso por cuidados médicos e os que tem alergia, deverão apresentar atestado ou a família terá que conversar com a equipe esclarecendo o problema. No caso de outras enfermidades a situação deverá ser analisada pelo acompanhante da comissão. Os estudantes devem prevenir um vestuário adequado para o momento da tarefa prática.

VIAGENS E VISITAS DE ESTUDO



As viagens e visitas de estudo são momentos importantes para a formação dos estudantes, pois, apesar de não estar na sede do CEFFA, tem o sentido de extensão do espaço de formação. Nesses momentos é possível nos aproximarmos de atividades específicas dentro dos temas que investigamos no nosso itinerário formativo. Por isso é importante que os estudantes se organizem para que sejam bem aproveitados esses instrumentos da pedagogia da alternância.

- ✓ Deve-se garantir uma organização quanto às normas de disciplina e participação (coordenação, secretaria, apresentação, agradecimento, limpeza, disciplina) ou seja seguir as orientações das visitas e viagens de estudos.
- ✓ Garantir também um roteiro bem elaborado sobre o assunto da visita. Realizar avaliação e reflexões sobre o desempenho da atividade, bem como seu conteúdo.

11

- ✓ Durante a viagem e visita as normas de vida de grupo devem ser observadas e respeitadas, entendendo que mesmo distante da sede, continuamos em uma atividade do CEFFA.

USO DE APARELHOS ELETRÔNICOS

- ✓ Devemos levar em conta que a tecnologia digital deve ser usada por nós como um fator de desenvolvimento pessoal e social, mas que requer bom senso, uso profissional e ético, ou seja devemos utilizá-los para bem pessoal e social sem comprometer o respeito à intimidade, à integridade e à individualidade das pessoas.
- ✓ Mesmo que a regra geral no ambiente escolar é a proibição do uso, haverá concessão nos seguintes momentos:
 - Nos intervalos entre os momentos de estudo após a realização das tarefas;
 - No tempo de auto-organização individual, e de integração e esporte se a programação permitir;

PERMITIDO:

- 6:40 – 6:55hs – Permitido uso após as tarefas
- 13:00 – 13:35 hs- Permitido o uso após as tarefas
- 17:00 – 18:55hs – Permitido de acordo com planejamento do momento de integração e esporte
- 19:40 – 19:55hs – Permitido após as tarefas
- 21:00 - Permitido o uso com fone

PROIBIDO

- 6:55 – 13:00hs – Proibido uso para momentos de estudo
- 13:35 – 17:00hs – Proibido uso para momentos de estudo e tarefa
- 18:55 – 19:40hs – Proibido para o momento de banho
- 19:55 – 21:00hs – Proibido para o serão

- ✓ No início dos momentos do uso não permitido os celulares deverão ser recolhidos nos dormitórios, onde cada coordenador de dormitórios organizará o sistema de recolhimento através de um recipiente apropriado para o coletivo.

Nas situações de uso para ouvir músicas, vídeos, áudios e etc., deve-se usar fone de ouvido.

- ✓ O não cumprimento das orientações incidirá no recolhimento do aparelho por tempo determinado pelo monitor acompanhante

12

do momento (1, 2 ou 3 dias ou a sessão inteira). No caso de insistência no não cumprimento da orientação envolver a família no encaminhamento;

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A produção da unidade agrícola do CEFFA será aproveitada coletivamente, o uso individual será considerado indisciplina e merece encaminhamentos. Obs.: mesmo nas situações de uso fora dos horários de refeição, deverá ser organizado para dispor ao coletivo tomando os cuidados necessários de higiene e aproveitamento das sobras;

O namoro é uma necessidade pertinente a vida de toda pessoa, sendo que no ambiente da sessão os estudantes seguirão as orientações necessárias para que essas relações sejam equilibradas de maneira a permitir o bom aproveitamento dos estudos, portanto os estudantes se comportarão acima de tudo de maneira profissional como colegas estudantes, se integrando no coletivo evitando afastamento na intimidade afetiva do namoro. Para ajudar essas orientações os namorados ou grupo de namorados realizarão reuniões quando necessário assessorados pelos monitores.

- ✓ Evidenciado o usuário de tabaco este deverá esclarecer e fazer acordo com a família do uso ou não uso, no caso de confirmação do uso será estabelecido junto a comissão de articulação da associação e monitores horário e locais para este fim.
- ✓ Na eventualidade da infração no uso de bebidas alcóolicas ou entorpecentes o encaminhamento será feito diretamente com os familiares.

Obs.: Diagnosticados a incidência de estudantes usuários de bebidas alcóolicas e sobretudo entorpecentes no ingresso no CEFFA, será realizado um trabalho socioeducativo com este e seus familiares para encaminhar para que o hábito seja interrompido, já que no ambiente da sessão este é proibido, e todos que estão na função pedagógica seja adulto, pais, educadores devem contribuir na canalização deste desvio de conduta;

- ✓ Todos os estudantes devem zelar pelo patrimônio do coletivo, não rabiscar janelas, paredes, mesas, cadeiras, utensílios, ferramentas e instrumentos, equipamentos, portas, colchoes e camas, pois os mesmos serão responsáveis pelos eventuais danos, através de consertos ou reposições.
- ✓ Toda instancia de coordenação será responsável pela vigilância e controle do uso da água e da energia.
- ✓ Em todas as atividades o estudante será disposto a diversificar sempre os locais e os parceiros de trabalho. Se ele não tomar iniciativa deve aceitar o remanejamento feito pelo monitor ou coordenador.
- ✓ O acesso a qualquer reparação na sede do CEFFA não será permitido através de janelas;
- ✓ Todas as ocorrências e incidentes devem ser registrados no caderno de acompanhamento do estudante, pelo próprio estudante, assessorado pelo monitor acompanhante do momento, para serem consideradas no processo de avaliação;
- ✓ Ninguém poderá atrapalhar os colegas nas tarefas, nem permanecer no local quando o grupo estiver realizando a tarefa ou estudo;
- ✓ Todos deverão cumprir com as normas de uso de aparelhos eletrônicos, podendo perder o direito de uso total ou parcialmente na sessão.
- ✓ Qualquer material danificado pelos estudantes (copos, garfos, pratos, etc.) por falta de cuidado ou intenção deve ser substituído pelo estudante responsável pelo ato.
- ✓ Será permitida a atividade de compra e venda de produtos durante a sessão, apenas pela associação de estudantes. A decisão sobre eventuais vendas individuais será submetida à associação de estudantes e terá como orientação o repasse de 10% da venda para a associação;
- ✓ O consumo de alimentos fora do horário e cardápio do CEFFA só poderá ser permitido com organização prévia feita junto a monitores e coordenação da comissão de ambiente educativo, de forma discreta que não atrapalhe o ambiente da sessão, pois devemos valorizar ao máximo o princípio do uso e da partilha coletiva dos alimentos. Da mesma forma qualquer incrementação no cardápio será permitido caso a iniciativa seja

ANEXO 03: ORIENTAÇÕES PARA ACOMPANHAMENTO E ASSESSORIA DOS MONITORES NO COTIDIANO DA SESSÃO

OBJETIVO

Garantir assessoria e apoio a auto-organização na vida de grupo baseado no protagonismo dos estudantes, através da AECEFFABE permitindo a integração dos parceiros.

FUNÇÃO

- Proporcionar segurança para o coletivo dos estudantes da sessão;
- Perceber e canalizar a manifestação de hábitos que não condizem com valores humanos e da solidariedade como exemplo do individualismo, perversidade e outros;
- Oferecer as orientações necessárias para as funções dos estudantes dentro da auto-organização de acordo com seus ciclos, recorrendo ao estatuto, normas e orientações de tarefas da AECEFFABE;
- Aproveitar todos os momentos e espaços do cotidiano como oportunidades pedagógicas em vista da formação integral;

ABRANGÊNCIA

Se refere a observação, acompanhamento e intervenção nas instâncias dos espaços e momentos das comissões da AECEFFABE e acompanhamento do pernoite.

INTEGRAÇÃO

A integração se dá com acompanhamento de turma nos casos específicos; com as coordenações das instâncias da AECEFFABE; com a vigilância noturna; com os auxiliares de secretaria e cozinha; e com os monitores que acompanham a associação AECEFFABE.

ORIENTAÇÕES E PROGRAMAS COMPLEMENTARES

No exercício desta função os monitores cuidarão constantemente para seja garantido o Protagonismo dos estudantes, se orientando sobretudo pelos estatutos e normas da AECEFFABE, os quais, devem estar de fácil acesso a cada monitor no esforço constante de codificar o seu conteúdo. O protagonismo é chave para o desenvolvimento da pessoa humana, entendido no sentido do ser promocional. Conceber a promoção humana com o objetivo de,

“Ajudar a cada um a ter plena consciência de sua própria dignidade, a desenvolver sua personalidade dentro da comunidade na qual vive e da qual é membro, a ser consciente de seus direitos e deveres, a ser livremente um elemento válido para o progresso econômico, cívico e moral na sociedade; esta é a grande e primordial empresa [...]” (Paulo VI)

“Dê um peixe e deixa o sustento de um dia, ensina a pescar e deixa um sustento da vida inteira”

Sobre o acompanhamento das comissões:

A assessoria e acompanhamento dos monitores nas comissões da associação será feita através da distribuição dos membros da equipe nas mesmas observando a distribuição de funções e tarefas da equipe. Isto se dará através da ajuda e orientação constante:

- No primeiro dia da sessão nas reuniões de planejamento da 3ª e 4ª série e durante a sessão através de visitas ao espaço de abrangência, observação, diagnóstico e encaminhamentos dos casos, desvios de convivência e descumprimento de tarefas, horários e normas junto a coordenação daquela instância. Obs.: as visitas poderão ser realizadas com a presença dos estudantes no ambiente com a finalidade de passar orientações e contribuir na realização de tarefas, e sem a presença do estudante para diagnosticar a presença de desvios de orientação das normas e realização de tarefas.

- Nos momentos de assessoria as reuniões de planejamento e na execução de tarefas o monitor deve garantir o protagonismo do estudante. No caso de interferência acionar o coordenador a parte, ou seja, em qualquer situação que necessite de ativação e articulação o monitor deve tomar cuidado para não tomar a

função do coordenador. Obs.: se a situação apresentou a necessidade de reflexão e encaminhamento, promover uma reunião posterior com os coordenadores do setor. Citando Paulo Freire “Devemos ser pacientemente paciente”.

- No caso de participação direta do monitor na execução de tarefas, incluir seu nome como integrante e não como coordenação de atividade, que seja uma atividade de menos influência no conjunto de tarefas daquele dia, e que o coloque mais distante com menos influência política;

- Ficar atento e fazer observações constantes em relação aos desvios de conduta e manifestação de vícios;

Sobre o acompanhamento do pernoite:

- O acompanhamento da pernoite inicia após o trabalho prático e termina às 7:00hs do dia posterior, feito o rodízio entre os monitores. Cada noite 1 monitor será responsável e deverá pernoitar na escola, tendo outro monitor em casa sob aviso como apoio, em caso de necessidade. No quarto dia da semana de acompanhamento da pernoite, o apoio será realizado em forma de rodízio entre todos os monitores.

- Fazer observação mais a distância, porém de maneira que cubra todos os ambientes, sobretudo nos momentos de integração e esporte, tarefas e silêncio; acompanhar conforme as orientações os serões, principalmente os da 1ª e 2ª série;

- Diante de qualquer evidencia de não cumprimento das orientações do funcionamento das atividades, vivencia, etc. que manifeste maior gravidade, procurar amenizar a situação e tratar o encaminhamento através de reunião com os articuladores da 3ª ou 4ª série na sala de monitores no primeiro horário do dia seguinte; e os casos menos grave conversar a parte com a coordenação daquele setor ou espaço;

- Em casos de manifestação agressiva ou não aceitação de orientação por parte dos estudantes, insistir, mas sem enfrentamento e aguardar o dia seguinte para encaminhamento.

OBSERVAÇÕES GERAIS

- Obs.: a forma de conduzir os fatos, fazer de maneira que siga os passos do plano de estudo, que tenha os estatutos e as normas como subsídio para reflexão, e que o aconselhamento ao estudante seja feita no momento em que ele esteja em condição de recebe-la. Dialogar sobre o ocorrido apenas em local adequado (secretaria ou sala de monitor) e em forma de reunião, evitando diálogos descontrolados ou conflituosos.

- Para tratamento de casos com obscuridade, recolher depoimento em separados, se preciso simultaneamente em locais diferentes;

- Os casos que merecem encaminhamentos com observação em caderno de acompanhamento e de punição, tanto o texto de encaminhamento como a punição devem garantir o protagonismo do estudante na elaboração dos mesmos e servir de reflexão, não deve ser proposto nem aceito sentenças que envolvam o trabalho como punição; pois esta deve sempre visar o desenvolvimento da consciência e o bem da coletividade.

- O descumprimento que diz respeito as relações de namoro, procurar fazer avisos a parte e de forma discreta, e fazer encaminhamentos através de reuniões de casal ou grupo de namorados; conforme pauta de reuniões de orientação sobre o namoro;

- O atendimento ao expediente durante o horário de almoço será feito através de acordo com auxiliar de secretaria;

ANEXO 04: RETROSPECTIVA HISTÓRICA DA AUTO-ORGANIZAÇÃO DOS ESTUDANTES NO CEFFA

RETROSPECTIVA DA AUTO-ORGANIZAÇÃO DOS ESTUDANTES NOS CEFFA'S			
PERÍODO	TIPO DE ENSINO	CARACTERÍSTICAS GERAIS	ELEMENTO BÁSICO DA AUTO-ORGANIZAÇÃO
1970	Curso informal agricultor técnico (masculino) e economia doméstica (feminino) 2 anos	-Alternância de 15 dia	-Direção do monitor (individual/pessoal)
1973		-Atividades de finais de semana coordenada por monitor - Dormitório de monitor ao lado do masculino ou feminino -Presença de monitores estrangeiros -Enfoque técnico agrícola e doméstico -moças E rapazes adultos -Monitoras ligadas ao pensionato e monitores ao campo	-Vigilância do monitor -Conflitos nos esporte, dormitórios e refeitórios -distribuição E direção de tarefas, alimentação, trabalho prático, esporte pelo monitor -Comando das atividades pedagógicas pelo monitor
1974	Curso formal supletivo 3 anos	-Alternância de 1 semana (sessão) para 2 semanas (estadia) -Início das turmas mistas -1PE para cada estadia (dirigido pelo monitor no quadro –preparação e CC) -Dormitório de monitor entre o feminino	-Surgimento de coordenador de sessão -Fortalecimento do responsável do dia -Aumento da vigilância do monitor -Uso do trabalho e exclusão como sentença -Primeiras experiências de organização de estudante

1982		e o masculino	(cooperativa) com finalidade mais financeira e esportiva -diagnóstico E encaminhamentos dos fatos da vida de grupo pelo monitor
1983	Curso seriado – 4 anos Fundamental ou médio profissional ou fundamental e médio profissional juntos	-Alternância de 1 semana -Internato para as EFAs e semi para ECORMS -Base nacional comum e parte diversificada -Maior dependência dos estudantes paternalismo dos monitores	-Dificuldade de ordem e disciplina -Fortalecimento em quantidade e qualidade do responsável do dia e coordenadores de sessão -Surgimento de sub coordenações (pensionato-dormitório-esporte-trabalho prático) -expansão E valorização da associação de estudante -estudo E reflexão sobre a auto-organização dos estudantes (local regional monitor estudante) -Dicotomia entre organizações de vivência trabalho e esporte
2000			Realização de Seminários Regionais de estudantes dos CEFFA's relacionados a auto-organização e mística. A associação de estudantes e a auto-organização que antes eram paralelos se fundiram em um só sistema;